

# JORNAL CAMPUS



## **Cárcere negro,** **judiciário branco**

A cor da pele separa quem julga e quem é julgado no Brasil. Os juízes são majoritariamente brancos, enquanto a maioria do sistema carcerário é negra

Texto | Gabriel de Sousa

O Distrito Federal não é só o centro do poder brasileiro. Nas suas ruas, esquinas, bairros e cidades também estão diversos centros onde diferentes histórias e representatividades. Podem ser encontradas, em um pequeno quadradinho no mapa do Brasil, diferentes sobrenomes e realidades se cruzam diariamente na Rodoviária do Plano Piloto, nas avenidas comerciais, nas escolas e também nos corredores da Universidade de Brasília.

Apesar de tanta pluralidade, a mídia tradicional resume a cidade aos gabinetes dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes, ou aos prédios que estão em volta dos Eixos do centro da capital federal. Essa postura adotada pela grande imprensa deixa de fora das discussões importantes, que somente a comunicação pode iniciar, um grande polo cultural, histórico e social que pulsa nas periferias.

Nesta 456 edição, o **Jornal Campus** buscará expor a diversidade que existe nas ruas e calçadas de Brasília e das cidades ao seu redor onde vivem as pessoas que pouco dormem para fazer a capital federal poder acordar todos os dias.

Ao longo deste jornal, opiniões e sentimentos que estavam distantes das páginas dos noticiários se tornarão essenciais para se discutir e refletir sobre o que precisa ser feito para solucionar problemas presentes no cotidiano do centro do poder brasileiro.

A nossa capa traz uma importante discussão sobre a participação das pessoas pretas no Judiciário brasileiro, um tema que se tornou frequente em discussões políticas e sociais nos últimos anos. Ainda sobre discussões acerca da justiça brasileira, a reportagem ouviu a opinião de especialistas sobre a descriminaliza-

ção do porte da maconha para uso pessoal, prezando também pela visão daqueles que já foram afetados diretamente pelas punições impostas pelo Estado.

Esta edição do **Jornal Campus** também irá se debruçar sobre grupos que são esquecidos pela grande mídia, mas que fazem parte da construção da capital do País. Serão discutidos nas próximas páginas os paradoxos e tabus que estão envolvidos no trabalho exercido pelas prostitutas no DF, e também a realidade das pessoas que decidem “sair do armário” de forma tardia.

Levando em consideração a importância da participação feminina para o surgimento e a sobrevivência das regiões administrativas e o Entorno do DF, a presente edição do **Jornal Campus** também apresenta diversas reportagens que tratam de desafios vivenciados pelas mulheres.

Um dos textos presentes na edição fala sobre o desafio da mobilidade urbana para as mulheres e como a violência contra elas afeta diretamente o seu direito de ir e vir, assegurado pela Constituição. Também será discutida a realidade de quem sofre com o câncer de mama e a fibromialgia, e os diversos motivos que ainda fazem com que o acesso à saúde de qualidade seja um desafio a ser alcançado.

Outros assuntos tratam à tona pela reportagem trata sobre necessidades de garantir um crescimento saudável e seguro para os pequenos moradores. Ao longo das páginas deste jornal, será debatido como a falta de leitura pode fazer com que pessoas tenham uma menor empatia e como o combate à violência nas escolas precisa ser discutido e pensado por toda a sociedade.

nos transportes públicos e nos carros de aplicativo. E falando em mulheres nas ruas, “Sexo pago para sobreviver” mostra que as prostitutas, trabalhadoras extremamente estigmatizadas, querem ser vistas, ouvidas e terem seus direitos básicos respeitados.

Em tom de denúncia, o texto “Projeto de parceria pode passar Rodoviária e Galeria para setor privado” evidencia, a partir de diversas fontes, que o centro de Brasília sofre ameaça de higienização e elitização dos espaços que hoje são públicos. A região faz um trabalho muito importante de democratização do acesso à cultura e lazer para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Por fim, espero que “Debutantes tardios: a ‘saída do armário’ na maturidade” e “Luta, força e superação nos traços de Thifany” toquem os leitores da mesma forma que me tocaram. As duas reportagens sobre intolerância contra a população LGBTQ+ são extremamente sensíveis, cuidadosas e muito bem escritas.

No geral, o **Campus** trouxe ótimas pautas e textos bem produzidos. Destaco o belo trabalho da equipe de diagramadores, que a minha colega de monitoria, Ana Beatriz Assenço, acompanhou de perto. O único ponto que gostaria de destacar é a falta de fotos no jornal, porque muitos repórteres optaram por utilizar ilustrações. Isso não trouxe prejuízo para as matérias, mas acho que essa poderia ser a última opção. E sobre isso, cabem reflexões. O que falta para que tenhamos mais pautas fotográficas bem sucedidas?

## Expediente

**CAMPUS**  
Jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB)

**Professora**  
Fernanda Vasques

**Monitoras**  
Alice Groth  
Ana Beatriz Assenço

**Editor-chefe**  
Gabriel de Sousa

**Editoras de texto**  
Alice Rafaela Oliveira  
Bianca de Sousa  
Giulia Neves

**Editora de arte**  
Vitória Almeida

**Editora de fotografia**  
Beatriz Reis

**Editor web**  
Arthur Vieira

**Editora de serviços**  
Bianca Feifel

**Repórteres**  
Cairo Tondato  
Carla Moura  
Danilo Paulo  
Fernanda Fonseca  
Gláucia Porfíria  
Júlia Cerejo  
Larissa Dias Pinto  
Pedro Cards  
Rayanne Nascimento

**Diagramadores**  
Pedro Cards  
Rayanne Nascimento  
Vitória Almeida

**Checadora**  
Ana Luiza Brandão

**Impressão**  
—

**Tiragem**  
—

**Arte da capa**  
Rayanne Nascimento  
Ana Beatriz Assenço

# OMBUDSKVINNA\*

Texto | Alice Groth

## Jornal Campus nº 456, ano 53

Primeiramente, gostaria de destacar que eu, como monitora do **Campus** neste semestre e editora-chefe no anterior, fiquei muito feliz em ver que a redação está maior e que, com isso, o jornal expandiu para 24 páginas. Na última edição, éramos poucos colegas e, com muito esforço, fizemos 12 páginas. Que os próximos anos deste jornal-laboratório tão importante para a formação de jornalistas, para a história da Faculdade de Comunicação da UnB e para o futuro do jornalismo sejam prósperos e com cada vez mais engajamento e participação dos estudantes.

Nesta 456ª edição, o **Campus** destaca na capa uma discussão que marcou o ano de 2023: a ausência de pessoas pretas no judiciário brasileiro e as consequências disso para quem é julgado. Com uma apuração completa e detalhada, o texto mostra que o jornal está maduro e se equipara aos veículos da mídia tradicional. O mesmo acontece com a matéria sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, debate que ainda está em curso no Supremo Tribunal Federal. As duas pautas se interligam e reforçam que o racismo é o grande causador de um ciclo eterno: pretos são presos e brancos julgam.

A vulnerabilidade e suscetibilidade de mulheres sofrerem assédio em espaços públicos é explicada com sensibilidade na matéria “Quando a mobilidade é um problema”. A reportagem ressalta que o planejamento urbano precisa considerar a perspectiva de gênero. Estamos cansadas de sentir medo nas ruas,

# Empresas levam internet a locais isolados e incomodam grandes operadoras

*Bairros e cidades inteiras começam a ter internet com avanço de provedores regionais. Embora mais acessível aos cidadãos, o serviço prestado gera disputa e incômodo*

Reportagem | Danilo Paulo



Raimunda Oliveira usa internet em área rural de São Sebastião (DF), graças à pequena operadora

Apenas três grandes operadoras de telecomunicações dominam, juntas, 47,3% do mercado de banda larga fixa no Brasil, segundo dados mais recentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O restante dessa parcela, que representa 52,7%, é ocupado pelos chamados “pequenos provedores” – empresas menores que atuam em regiões menores. O avanço tem uma explicação: uma série de benefícios fiscais concedidos pela Anatel para que essas empresas menores possam levar o serviço às comunidades não atendidas pelas companhias tradicionais.

O acirramento dessa disputa tem gerado incômodo nas grandes operadoras. Desde setembro do ano passado, essas empresas tentam convencer a Anatel a revisar os estímulos dados às PPPs (Prestadoras de Pequeno Porte). O principal argumento utilizado é que muitas dessas operadoras já cresceram demais, o que geraria uma concorrência desigual.

### Consumidor

Ao mesmo tempo, são essas pequenas empresas - que operam apenas em um estado, ou mesmo cidade - as responsáveis por levar internet de alta qualidade a pessoas fora do radar de atuação e atendimento das operadoras. A operadora de caixa Layane Nunes, de 21 anos, mora no Núcleo Rural Capão Comprido, uma região a seis quilômetros do perímetro urbano de São Sebastião, em Brasília. Até janeiro de 2023, a única forma que ela tinha de acessar a internet em casa era por meio de pacotes de celular. Isso mudou quando um pequeno provedor da região administrativa da capital levou cabeamento de fibra óptica para o setor, que ainda

não tem sinal de celular 4G, asfalto ou mesmo sistema de saneamento básico.

“Após a instalação, melhorou bastante. Agora, eu consigo fazer coisas simples que antes não conseguia, como assistir a um filme e estudar online, e usar a internet quando está chovendo”, explicou Layane.

### Estímulos

Operadoras como a utilizada por Layane se desenvolveram em cidades de pequeno e médio porte. Levar conexão para essas regiões é caro, e por isso a Anatel concede estímulos. Além de pagar menos impostos, essas empresas não precisam manter centrais de atendimento 24 horas por dia, nem mesmo lojas físicas.

Todos esses estímulos estão previstos no Plano Geral de Metas de Competição da Anatel (PGMC). A reportagem, a agência explicou que o modelo foi aprovado em 2012 e alterado em 2018. “O PGMC foi desenvolvido com o objetivo sólido de realizar um retrato fiel do setor considerando os potenciais competitivos, seus limites técnicos ou geográficos e o progresso tecnológico observado no mercado das telecomunicações”, explicou o órgão.

De acordo com a Anatel, o plano passa por revisões periódicas. Em outubro de 2023, o Conselho Diretor da entidade convocou uma consulta pública para revisão dos mercados relevantes e das “medidas regulatórias assimétricas previstas”.

### Assimetria regulatória

O **Campus** questionou a Anatel sobre o incômodo das grandes operadoras com o

crescimento dos provedores regionais. Em resposta, o órgão presidido por Carlos Bai-gorri disse que “a competição é um objetivo da política regulatória e a crescente participação de novas empresas no mercado é algo salutar e desejável, o que demonstra que as iniciativas de regulação assimétrica para nivelar as condições competitivas estão no caminho certo”.

A assimetria mencionada pela Anatel é justamente o conjunto de incentivos fornecidos para incentivar a rápida expansão dessas empresas. As empresas grandes têm mais obrigações regulatórias, enquanto as pequenas cumprem normas mais brandas. De acordo com a Anatel, a medida é “justificada por diversos fatores, entre os quais, destaca-se a proteção aos consumidores”. A agência falou ainda que a política adotada gerou evolução nos serviços de telecomunicações do Brasil, “notada por todos”.

### Nos outros países

Apenas três grandes operadoras (Claro, Vivo e Oi) abocanham quase 50% do mercado de banda larga fixa nacional. Em 2018, essa taxa era de 77,8%. Quanto menor esse número, maior é o grau de competitividade do setor de telecomunicações. E nesse sentido, a assimetria regulatória da Anatel parece ter funcionado. Isso porque, de acordo com dados de setembro de 2023 da consultoria Accenture, a internet residencial do Brasil é a mais competitiva do mundo.

Para efeito de comparação, os pequenos provedores nos Estados Unidos respondem por apenas 28% do mercado. Na Noruega, esse valor é de 13%. Mas na Bélgica e em Portugal o cenário é ainda menos competitivo, já que por lá um grupo de menos de 5 operadoras detém 98% dos clientes de cada país.



Caixa de distribuição de internet em São Sebastião (DF)

# Fibromialgia: conseguir um diagnóstico é desafio em busca do alívio das dores

Algumas pessoas apresentam sintomas desde a adolescência, mas demoram anos até conseguir um diagnóstico para começar o tratamento

Reportagem | Millena Gomes

**D**ores de cabeça, fortes dores musculares, fadiga, distúrbios do sono e quadros de depressão e ansiedade. Este é um pequeno resumo do dia a dia de quem lida com a fibromialgia. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1904, e desde então o número de pessoas diagnosticadas vem crescendo.

Os sintomas podem surgir ainda na adolescência, embora ela atinja, em sua maioria, mulheres com mais de 35 anos. Além das dores, o desafio é obter um laudo médico. Quem busca assistência médica para as crises causadas pela doença, fica por mais de um ano procurando um diagnóstico. Isso acontece porque, segundo a Sociedade Brasileira de Reumatologia, o laudo é feito por exclusão de outras doenças clínicas que também causam dores nos pacientes.

De acordo com a reumatologista e diretora da Sociedade de Reumatologia de Brasília (SBR), Lícia Mota, na fase inicial da síndrome, o paciente tem sintomas difusos e não específicos que podem dificultar a busca concreta por um diagnóstico. “Desse modo, o médico que assiste esse paciente no primeiro momento não está tendo essa visão diagnóstica do quadro clínico”, explicou Lícia.

A arquiteta Maria Luíza Bisinoto, 24, e a professora aposentada Francimeire Ribeiro, 56, relatam dificuldades parecidas ao buscarem um laudo para as dores que antes pareciam inexplicáveis. Para Maria Luíza, os médicos sugeriram estresse como causa dos sintomas e a afastavam do trabalho por dois dias, por exemplo. A jovem só conseguiu o laudo em abril deste ano, e desde então faz tratamento com exercícios físicos e remédios para ansiedade. “Eu nunca tinha respostas concretas, os médicos só sugeriam que eu estava estressada e me mandavam descansar”, revelou a arquiteta.

Os pacientes que têm fibromialgia enfrentam muitos preconceitos diariamente. Um deles é a descrença dos próprios médicos em relação às dores. Maria Luíza conta que, no início, pensou que poderia estar inventando os sintomas: “Eu achava que estava ficando louca e que os sintomas não existiam”.

Durante as consultas, a pessoa pode ser submetida a exames para detectar outras doenças como males da tireóide, anemia e doenças inflamatórias como artrite reumatóide, espondiloartrites, miríade, entre outras condições. Essa estratégia muitas vezes leva tempo, e os pacientes podem sofrer por anos antes de obter um diagnóstico claro.

De acordo com a SBR, é importante que os pacientes busquem apoio médico o mais cedo possível. “Quanto mais tempo a pessoa passa com dor não tratada de forma adequada, mais sofrimento ela terá”, advertiu Lícia Mota.

Pessoas que sofrem com a fibromialgia têm a qualidade de vida afetada pela do-



Um dos sintomas da fibromialgia são dores nas articulações, como no pescoço

ença. A indisposição e o cansaço extremo afetam diretamente atividades cotidianas simples e também a relação com as outras pessoas, já que é uma doença invisível que torna a convivência muito mais difícil.

Para ela, “as pessoas que convivem com o paciente, e às vezes até os próprios profissionais de saúde, não valorizam de forma adequada a percepção da intensidade do sintoma do paciente. Isso traz ainda um sofrimento adicional muito grande”, diz Lícia.

Outra paciente, a professora aposentada Francimeire Ribeiro, 56, convive com a fibromialgia há 20 anos. Ela começou a sentir os primeiros sintomas depois de sua

segunda gestação e também passou por dificuldades para conseguir respostas. “Eu passei por, pelo menos, quatro médicos até chegar a um reumatologista que me desse o diagnóstico correto”, revelou.

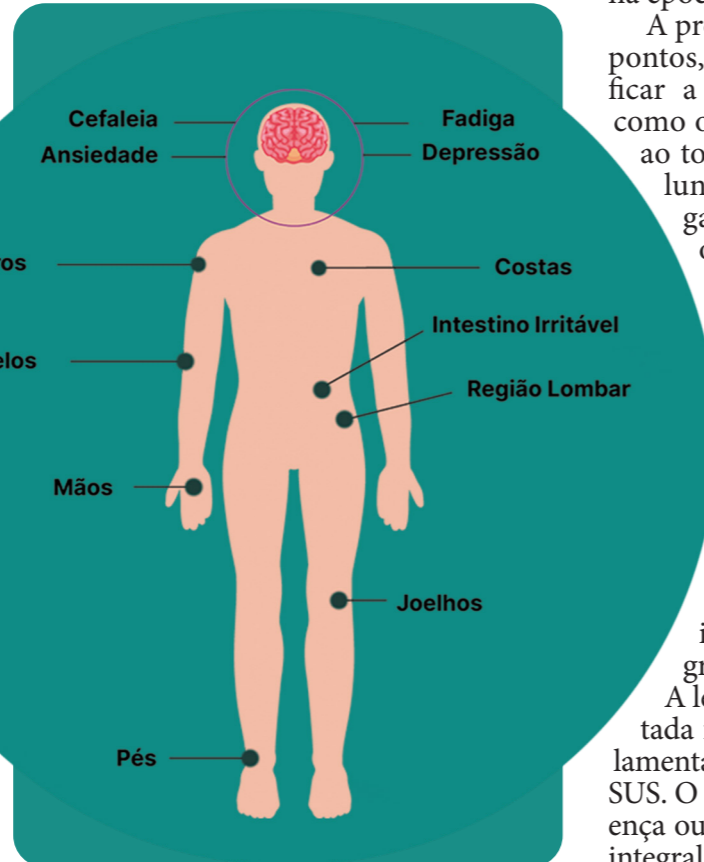
## Diagnóstico errado

Francimeire já chegou até mesmo a receber um diagnóstico de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) durante a época em que tentava conseguir um laudo correto. “Eu já estava muito debilitada, sentindo muitas dores, sem dormir direito, aí eu marquei com o médico especialista em fibromialgia na época”, contou.

A professora era submetida ao teste dos pontos, que é uma das formas de identificar a síndrome. Estes são conhecidos como os pontos de dores da fibromialgia, ao todo são 18 áreas localizadas na coluna vertical e torácica, bacia, nádegas, cotovelos e joelhos. Neste teste, o médico faz uma leve pressão para verificar se há incômodo físico causado pela doença.

“Quando o médico tocava, no teste dos pontos, era muito difícil, doía muito. E foi aí que ele me falou que eu tinha fibromialgia”, relatou. Francimeire faz tratamento há 20 anos com remédio para dores e ansiedade, acompanhada por psiquiatra.

Recentemente, a fibromialgia foi incluída na lista de tratamento integral do Sistema Único de Saúde (SUS). A lei 14.705, de 2023, escrita pela deputada federal Erika Kokay (PT/DF), regulamenta o tratamento da enfermidade pelo SUS. O texto garante que pessoas com a doença ou fadiga crônica recebam tratamento integral em hospitais públicos.



# Medo afasta mulheres de diagnóstico

Câncer de mama é o segundo mais comum e o que mais mata pessoas do sexo feminino no Brasil. Mulheres negras têm 10% menos chance de sobreviver

Reportagem | Júlia Cerejo

**E**m meados de agosto de 2020, Tatiane Teixeira constatou algo diferente no seio. “Eu sempre levei uma vida normal e era muito ativa. E aí, tomando banho, percebi um nódulo”. A época com 32 anos, ela não sentia dor ou incômodo, mas a suspeita permaneceu ali, escondida junto ao receio de ir ao hospital devido à pandemia de covid-19. “Em setembro, fiquei com isso na cabeça e fui fazer exames. Em outubro de 2020, recebi o diagnóstico de câncer de mama, real, oficial, ouvido da boca do médico”, contou Tatiane.

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2022 foram 66.280 diagnósticos. Mas algumas causas podem ser evitadas com a adoção de práticas saudáveis, e a visita aos centros de saúde, que às vezes são evitadas por medo ou desinformação. O tratamento oncológico pode ser feito com cirurgia, quimioterapia, radiografia ou outros procedimentos.

No Distrito Federal, nove hospitais públicos têm tratamento para o câncer. Dos 1990 casos diagnosticados em 2023, em média 815 pacientes conseguiram tratamento no mesmo dia e 244 aguardaram até três meses na fila de espera, segundo o PAINEL-Oncologia.

Hoje, três anos após detectar o câncer, Tatiane falou que a vida antes da doença não existe mais, tudo mudou. “Tem que se conhecer, encarar e se perceber alguma coisa ir atrás e investigar. Não adianta pesquisar na internet ou conversar com o vizinho. Cada corpo é único, cada pessoa é única e a medicina está aí”, destacou.

A cirurgiã oncologista do Centro de Oncologia do Paraná (COP) Mariana de Castro Grass explicou que o primeiro passo para a identificação de algum sinal, é com o autoexame. Após o período menstrual a mulher deve observar sua mama diante um espelho, e perceber se existe algum aspecto que desperte sua atenção.

“Alteração de volume, uma simetria em que uma mama está maior do que a outra, nodulações visíveis, como: retração da pele, do mamilo, sinais inflamatórios, vermelhidões que podem estar aparecendo, e coceira, principalmente no bico do peito”, explicou a médica.

No Sistema Único de Saúde (SUS), existem ações de promoção de saúde da mulher, que chamam a comunidade feminina para a realização dos exames de rotina e participação de palestras educativas, feitas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), local dedicado à Atenção Primária à Saúde para a população.

“Conversando com ela, o médico da família ou enfermeiro avalia, faz o exame das mamas e já diagnostica se tem alguma coisa anormal”, informou a supervisora da UBS 4 de Samambaia, Hellen Gonçalves.

## Sem medo

A mamografia é um exame de rastreio e deve ser feito a partir dos 40 anos ou por indicação médica diante da suspeita do



câncer, para identificação de nódulos. Tatiane, que descobriu o câncer de mama aos 32 anos, nunca tinha realizado a mamografia por orientação de sua ginecologista. A profissional não indicava o exame, pois sua paciente não possuía a idade ideal para fazê-lo.

A cirurgiã oncologista explicou porque o exame não é aconselhado para mulheres mais novas: “Quando a mama é de uma paciente jovem, é muito densa. [O aparelho] vai fazer uma tradução de mama esbranquiçada, e não vai conseguir ver os nódulos de maneira que seja eficaz. O tecido glandular vai se sobrepor, junto com o nódulo e não vamos conseguir enxergar bem”.

A médica desmistificou também alguns te-

## Mexeu muito com tudo e bagunçou bastante coisa dentro de mim, lembrou.

mores que existem sobre o exame: “O mamógrafo digital não faz tanta pressão na mama. Nunca deixe de fazer o exame por conta da dor, porque é uma dor suportável. Outro medo que as mulheres têm é da radiação, mas a emitida hoje por uma mamografia é muito baixa”, esclareceu.

E informou que durante a mamografia a radiação passa pelo seio que está prensado para fazer uma tradução, atualmente feita de forma digital, orientando as mulheres que menstruam a não fazerem o exame no período após a menstruação porque é um momento em que a mama vai estar mais sensível.

## Pacientes

De acordo com o Inca, o câncer de mama em homens é raro, atinge apenas 1% da população masculina. “Normalmente ele sente uma bolinha no peito, nodulação e percebe que está diferente e precisa investigar. Pelo exame de mamografia é possível identificar se essa alteração tem algum risco e necessita ser biopsiada, ou se não é apenas um tecido glandular mamário que se desenvolveu”, apontou a médica Mariana de Castro Grass.

Para os dois sexos, existem fatores de ris-

co que podem ser comportamentais, ambientais, reprodutivos, hormonais, hereditários e genéticos. “Uso abusivo de álcool, cigarro, obesidade, sobrepeso, sedentarismo, pílula anticoncepcional em idade precoce, uso prolongado por mais de dez anos e mulheres que não conseguiram gestar, amamentar e ter filhos”, citou alguns dos riscos.

## Em mulheres negras

Segundo a pesquisa publicada em 2020 e realizada no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mulheres negras têm dez por cento menos chances de sobreviver ao câncer de mama do que as mulheres brancas. A especialista Mariana de Castro Grass ressaltou de que maneira a dificuldade no acesso à realização da mamografia é um fator que contribui para essa taxa de mortalidade maior para mulheres negras.

“Infelizmente, por conta da nossa desigualdade social, grande parte da população negra não tem acesso a convênios de saúde, e depende mais do SUS. Isso resulta em diagnóstico tardio, e o risco de ter um desfecho desfavorável é maior”, esclareceu.

## A quem recorrer

Tatiane disse que no processo de descoberta do câncer quis se isolar, mas desde o início contou com o apoio da família e atualmente faz o tratamento no SUS, com consultas de seis em seis meses aos médicos especialistas. “Mexeu muito com tudo e bagunçou bastante coisa dentro de mim”, lembrou.

A UBS é o primeiro local para atendimento de pacientes com suspeita. “Nós somos a porta de entrada do usuário independente de qual patologia ele tenha, porque trabalhamos com a prevenção e promoção de saúde”, destacou a supervisora da UBS 4 de Samambaia. E complementou: “se a paciente percebeu um cisto, a primeira coisa a fazer é procurar a equipe dela”. Essas equipes são denominadas “Equipe de Saúde da Família” e são compostas por um médico, enfermeiro, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

“A partir daí será marcada uma consulta, nesta o médico ou enfermeiro avaliará a paciente com exame de palpação [da mama], e pedirá os exames de rotina da mulher, que são o ultrassom mamário e axila, e dependendo da situação a mamografia”, indicou a supervisora. Para descobrir o risco do nódulo ser um câncer, é realizado um parecer técnico dos exames de imagem da mama, por meio da classificação Bi rads. Uma abreviação do termo em inglês Breast Imaging - Reporting and Data System.

“A paciente trará os exames realizados para avaliação e a partir daí, dependendo da classificação de Bi rads, o médico da família vai encaminhar mediante a regulação, para um mastologista ou consulta em oncologia clínica”, finalizou Gonçalves.

# Esporte no Distrito Federal oferece lazer e inclusão social à comunidade

Projetos sociais em diferentes regiões apostam em atividades físicas para promover lazer e oportunidades

Reportagem | Gláucia Porfíria

Nos últimos anos, a capital brasileira tem se destacado não apenas pelos traços arquitetônicos imponentes, mas também por suas iniciativas sociais que utilizam o esporte como instrumento de inclusão e transformação. Projetos como o Social Campeão, que se dedica à promoção da educação e valores por meio das artes marciais, e a Rede Gol / Transformando Vidas, que busca empoderar jovens por meio do futebol fazem parte dessa mudança.

Deiza Medeiros Leite, servidora pública há 32 anos, coordena o programa Rede Gol desde que o projeto foi criado em 2014 e, a partir de uma pesquisa realizada com crianças em abrigos, ela identificou interesse no futebol e futsal. O objetivo inicial da Rede Gol era estabelecer uma rede de proteção para garantir os direitos fundamentais da infância, igualdade de gênero e a oportunidade para todos, já que a inclusão de mulheres no esporte ajuda a quebrar estereótipos de gênero e criar um ambiente mais diversificado e inclusivo.

O projeto tem 17 iniciativas que são fruto de parcerias com líderes comunitários. Os impactos positivos da Rede Gol são evidentes em várias histórias de sucesso. “A Danda (atleta da Rede Gol), tinha o sonho de ser camelo e conseguimos ajudá-la com isso. Anos depois, o filho dela, Arthur, participou do projeto também e trilhou o caminho para se tornar um goleiro profissional”, explicou a coordenadora do projeto.

A Rede Gol tem atuação no Distrito Federal nas regiões administrativas de Areal, Candangolândia, Ceilândia, Cidade Estrutural, Gama, Guará, Planaltina, Samambaia, São Sebastião, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga, e no Entorno do DF, em Planaltina de Goiás, Valparaíso e Águas Lindas.

A coordenadora propõe a criação de uma tecnologia social para a Rede, que aborda eixos



fessores do projeto como educadores e confidetes. Muitos compartilham histórias de superação, mencionam que enfrentavam momentos de depressão, e que a participação no projeto teve um impacto positivo em seu bem-estar psicológico.

## Esporte como terapia

Um estudo da Universidade da Austrália Meridional publicado no início de 2023 concluiu que a prática de atividades físicas contribuem para o tratamento e prevenção de doenças como ansiedade e depressão. Segundo os cientistas, praticar exercícios é até 50% mais eficaz do que o uso de medicação prescrita por médicos no combate à depressão. Com base em dados de mil testes, com mais de 120 mil pessoas, os pesquisadores atestaram que a prática de exercícios por até 12 semanas foi o remédio mais eficiente.

O Parque da Cidade Sarah Kubitschek oferece uma vasta área verde com trilhas, lagos, campos de futebol, quadras esportivas e espaços de lazer, incluindo uma pista de cooper que circunda todo o espaço.

Já o Eixão do Lazer é uma iniciativa em que vias do Eixo Monumental são fechadas para o tráfego de veículos durante os domingos e feriados, permitindo que as pessoas desfrutem do espaço para atividades físicas e de lazer. Durante esse período, é comum ver pessoas caminhando, correndo, em bicicletas, patinetes e participando de atividades recreativas ao longo das avenidas.

Wanderley Lopes, 55 anos, morador do Guará, frequenta o Eixão do Lazer porque considera um lugar “super seguro” e tem mais possibilidades para ensinar seu filho, de nove anos, a andar

de bicicleta. Wanderley acredita que o local contribui significativamente para a qualidade de vida dos moradores de Brasília e do Entorno, devido ao alto nível de segurança e presença policial.

Há também espaços públicos como o Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina, que faz parte de um programa desenvolvido pela Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal proporcionando alternativas de vida para pessoas de todas as idades, incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Nós temos uma ampla variedade de modalidades esportivas e atividades, como a hidroginástica, natação, atividade física orientada, atletismo, basquete, boxe, capoeira, dança, entre outras. Fazer parte de um lugar como esse é maravilhoso porque você vê a evolução das pessoas”, atestou Whagton Almeida, professor de hidroginástica e natação.

As unidades do programa da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal funcionam nas regiões administrativas Brazlândia, Ceilândia (Parque da Vaquejada e Setor O), Cidade Estrutural, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina. (Infográfico com essas cidades). Além disso, o programa oferece atendimento especializado para pessoas com deficiência, concentrando-se no desenvolvimento físico, motor e social de cada indivíduo.

O público abrange uma ampla faixa etária, começando a partir dos seis anos, e inclui pessoas em situações de dificuldades, risco e vulnerabilidade social, especialmente aquelas assistidas por programas sociais do Estado. As inscrições são abertas à comunidade do DF, com prioridade para alunos da rede pública de ensino.

# Saúde e educação nutricional nas escolas: quando comer faz a diferença

Dados do IBGE apontam que 21% dos domicílios têm algum grau de insegurança alimentar. Nas casas com crianças, a taxa de pessoas que não têm o que comer chega a 30,7%

Reportagem | Larissa Dias Pinto

“Nosso aluno está afastado em razão da desnutrição por apresentar um quadro de distúrbio alimentar. Ele não consegue se alimentar com a comida da escola. O peso dele é tão baixo que a internação foi necessária.” As palavras de Fabíola Alves, professora há mais de 20 anos da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), mostram realidades e desafios que as instituições enfrentam diante de problemas alimentares graves. Identificar a carência nutricional, principalmente nas crianças, é um dos grandes desafios dos gestores da educação e responsáveis.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que crianças e adolescentes têm direito à segurança alimentar e nutricional. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) garante o acesso à alimentação de qualidade aos estudantes brasileiros da rede pública de ensino. Mas mesmo com as garantias definidas na Constituição, na capital do país, a realidade está bem longe de cumprir a lei.

De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, no final de 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome. Dois anos depois, o número foi para 33,1 milhões. O relatório mostrou que mais da metade da população brasileira vive com algum grau de insegurança alimentar, ou seja, não tem como nem o que comer.

Para a professora de Nutrição da SEEDF Shirley Diogo, a desnutrição prejudica o processo de formação. “Uma criança com fome não usa toda potencialidade, a fome acarreta prejuízos no desenvolvimento motor e comportamental, prejudicando o aprendizado”, completou.

então. Alimentar-se de maneira saudável conta com o envolvimento de todas as partes que compõem a família dos estudantes”, orientou.

Os alimentos são responsáveis por garantir a energia e os nutrientes necessários para o funcionamento adequado do organismo, além das funções cognitivas. Segundo a psicóloga Sara Meneses, é preciso compreender que a merenda escolar, em alguns casos, é a única forma de acesso à alimentação adequada e saudável para muitas crianças no Brasil.

Questionada a respeito de como as escolas podem reverter o quadro de insegurança alimentar na capital, a diretora de alimentação escolar no DF, Juliene de Jesus, falou em mapear instituições e alunos em situação de vulnerabilidade social, sem mencionar, de fato, como isso será feito. O recebimento de três refeições, portanto, não é regra, mas exceção.

## Medida

Para compreender o funcionamento dessa condição — que pode levar a um distúrbio alimentar — existem indicadores para medir a insegurança alimentar. O Food and Agriculture Organization (FAO), a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e a Antropometria e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) são alguns dentre os vários medidores da fome.

A longo prazo, os prejuízos mentais nas crianças ainda não são identificados com precisão. “Vivenciar algum tipo de insegurança alimentar e nutricional pode levar a ansiedade e depressão na fase adulta”, completou Sara.

## Fator renda

“A renda influencia diretamente e indiretamente na qualidade da alimentação”, pontuou a economista Nataniele Alencar. Para ela, indivíduos com idade escolar, e que enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas ou nutricionais, encontram na escola uma das únicas opções de alimentação saudável.

Para ela, é preciso garantir o direito à alimentação adequada e saudável. Geralmente isso ocorre a partir do acesso da família a benefícios de complementação da renda como o Bolsa Família, o BPC e outros benefícios do Sistema Único de Assistência Social.

## Identificando o problema

De acordo com o relato da professora Fabíola, em que alguns alunos apresentam dificuldade na ingestão de verduras, os hábitos alimentares das crianças são adquiridos em casa. Para mudar o cenário identificado, algumas estratégias se fazem necessárias.

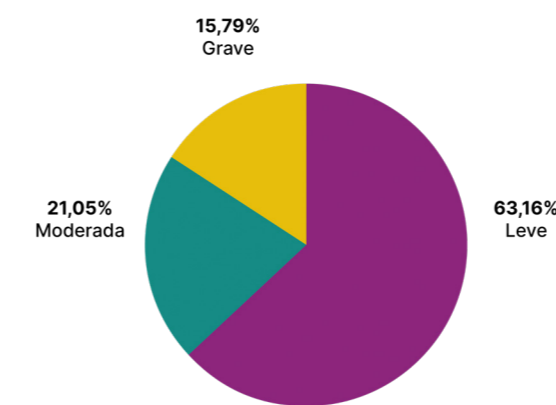
A comensalidade é uma delas. É o que a nutricionista com foco na educação alimentar e nutricional, Lorrany Rodrigues, comentou. “Preparar e comer em conjunto com familiares e pessoas queridas fortalece vínculos e promove a saúde mental das crianças e adolescentes”. Ainda segundo Lorrany, a es-



Crédito: Larissa Dias/Jornal Campus

## Insegurança alimentar: DF

Grau de insegurança alimentar



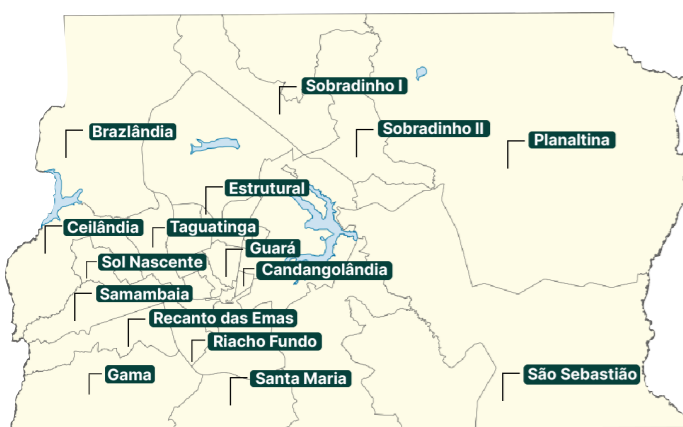
Crédito: Vitoria Almeida/Jornal Campus

## Alternativas

A nutricionista do Pnae Quedma Trindade aponta caminhos lúdicos de inserção dos estudantes na educação nutricional: “Desde o preparo da terra, do plantio, até a abordagem do tema em disciplinas. A gente busca levar o estudante a ter contato com algo distante até

cuta qualificada da criança e família a partir de atividades lúdicas, como no desenho e em brincadeiras, podem auxiliar no momento de ouvir e acolher aquelas que passaram por insegurança alimentar e nutricional.

“Com a volta do Brasil para o mapa da fome (retornou à lista em 2022 após oito anos fora), o retorno do trabalho infantil hoje é uma das causas da insegurança alimentar e nutricional das crianças. É importante reconhecer as questões raciais que passam a desigualdade alimentícia no país, já que a população negra, indígena e ribeirinhas, além dos trabalhadores do campo, são as mais afetadas pela pobreza no Brasil”, completou Rodrigues.



Crédito: Vitoria Almeida

como formação de lideranças, proteção de mulheres, alimentação, saúde integral da infância e saúde mental. O objetivo é deixar um legado para que o projeto possa ser replicado.

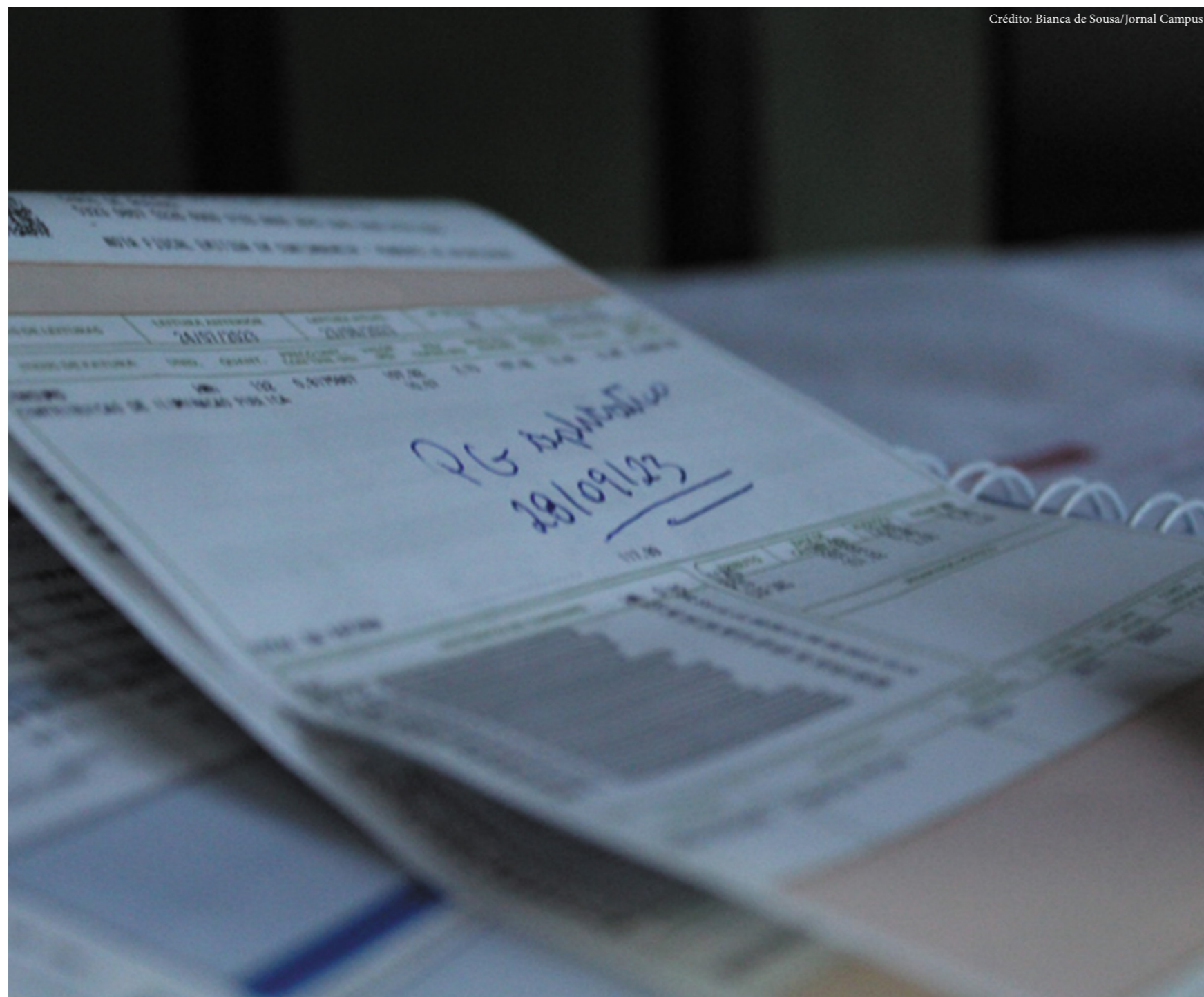
Outra iniciativa é o Projeto Social Campeão, em São Sebastião, fundado pelos professores de artes marciais Weverton Sampaio e Adalberto Ventura. O jiu-jitsu é o pilar central deste projeto, objetivando não apenas o desenvolvimento técnico, mas também a inclusão social, disciplina, autoestima, autoconhecimento e defesa pessoal. Desde os sete anos, crianças e jovens encontram neste espaço uma oportunidade de crescimento.

Adalberto relatou que os alunos veem os pro-

# Dinheiro para além do suficiente

Comunidade periférica do DF busca ferramentas de educação financeira para driblar dificuldades. Desafio é transformar teoria em prática

Reportagem | Bianca de Sousa



Crédito: Bianca de Sousa/Jornal Campus

Marlene armazena todos os documentos pagos em cadernos de anotações pessoais

Todos os dias, Marlene, 54, saía pelas ruas de Ceilândia para trabalhar como doméstica. Ela acordava ainda de madrugada, cuidava dos filhos antes de ir para escola e voltava à tarde. Foi assim por mais de 15 anos. Lúcia, 47, mora em uma região mais isolada no Riacho Fundo. Todos os meses, por mais de uma década, ela enfrenta as filas de um banco público para receber o Bolsa Família, sua única fonte de renda em uma casa com sete filhos.

Marlene e Lúcia são dois exemplos de mulheres que estudaram até o ensino médio. Quando adultas, elas tiveram que suprir as necessidades básicas de casa com pouco dinheiro. As duas mulheres não conhecem as ferramentas de educação financeira.

Pessoas como Lúcia e Marlene, de classes sociais mais baixas, têm como parâmetro se o dinheiro é ou não suficiente. “O dinheiro precisa ‘dar’ para terminar o mês. Eu preciso organizar direitinho para ter comida até o final, para um remédio de emergência, consertar uma coisa que quebrou”, refletiu Lúcia. Já

Marlene contou que “nunca faltou dinheiro dentro de casa”. A saúde sempre foi garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e a educação pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE/DF). Mesmo assim, ela teve que aprender sozinha a organizar as prioridades.

## Capital desigual

O rendimento da população privilegiada da capital é alto, “equilibrando” a renda dos moradores mais pobres. O Distrito Federal é a quarta capital mais desigual do país e acumula o maior rendimento domiciliar per capita do Brasil, R\$ 2.913. O DF também tem o bairro mais rico do país, o Lago Sul, e a maior favela brasileira, o Sol Nascente.

A desigualdade entre as classes sociais no DF dificulta o acesso às ferramentas de educação financeira na periferia. Quando os materiais que ensinam como cuidar das finanças pessoais alcançam as classes D/E ou abaixo da linha da pobreza, nem todas as dicas são úteis.

Na internet, vídeos e artigos indicam poupar ao menos 20% da renda, mas para pessoas que vivem em vulnerabilidade socioeconômica essa meta é quase sempre impossível. Luana Viana, professora de matemática da SEDF, contextualizou essa lacuna de comunicação: “Não adianta trazer soluções se a pessoa não faz ideia do que fazer dentro do que vê e convive todos os dias”.

## Conhecimento que transforma

Em novembro de 2023, 71,81 milhões de brasileiros estavam em situação de inadimplência. Nos últimos anos, o país atingiu recordes de pessoas endividadas. Esses números aumentaram a preocupação em atualizar e criar políticas públicas na área de educação financeira. O programa Desenrola, criado pelo governo federal em 2023, foi uma alternativa para diminuir a quantidade de pessoas endividadas no país. Nas primeiras semanas de divulgação do programa, foram renegociados R\$ 14,3 bi em dívidas.

Para Theo Linero, especialista em educação financeira pela Universidade de Brasília (UnB), a educação financeira se relaciona muito mais com uma percepção da relação com o dinheiro e “liberdade de escolhas” do que com um controle restritivo dos recursos.

## Nas escolas

Na busca pela percepção da importância de organizar o dinheiro, a medida mais assertiva para educar a população é levar esse conhecimento para as escolas. Em 2021, o Ministério da Educação (MEC), em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Sebrae criaram o Programa de Educação Financeira nas Escolas, que busca capacitar professores de ensino fundamental e médio em educação financeira para crianças e adolescentes.

O Programa distribui cursos e material didático gratuito online para professores do ensino fundamental e médio. Ao todo, 340 mil professores aprenderam noções básicas de educação financeira para mudar a realidade das crianças de escolas públicas do DF. Já em 2023, o projeto Aprender Valor, parceria do Banco Central e da SEE/DF, alcançou mais de 160 escolas públicas do ensino fundamental, ensinando educação financeira em sala de aula.

Rogério Olegário, autor de livros infantis que abordam o tema finanças, em sua experiência como Planejador Financeiro, demonstrou interesse em conversar com as crianças. Rogério justificou a escolha desse público “para que, quando adulta, a criança não lide com um problema de endividamento, de insatisfação com a vida e

com a profissão”. Rogério falou que a responsabilidade de educar sobre as finanças é de todos, mas principalmente dos pais e professores.

Luana também é coordenadora do Centro de Ensino Médio do Riacho Fundo I, escola onde cinco filhos de Lúcia estudaram durante todo o ensino médio. Antes de chegar à coordenação, ela deu aula de matemática por mais de 16 anos. Entre funções e raiz quadrada, ela incluiu a educação financeira na grade curricular dos alunos.

Segundo Luana, conviver com as diferenças econômicas dentro de sala de aula é um desafio: “Como é possível ensinar um aluno sobre educação financeira sendo que sua realidade é totalmente diferente? É difícil obter conhecimento, percepção, se aquilo está muito distante de você?”.



Crédito: Bianca de Sousa/Jornal Campus

# Projeto de parceria pode passar Rodoviária e Galeria para setor privado

Artistas e comerciantes temem elitização dos espaços culturais e lutam contra a proposta. Teatro Nacional segue sem prazo de reabertura e pode ter o mesmo destino

Reportagem | Bianca Feifel e Arthur Vieira

Crédito: Bianca Feifel



Galeria dos Estados é palco da cena cultural do DF

O centro de Brasília é, historicamente, palco de manifestações culturais populares do Distrito Federal que dão vida à arquitetura e à paisagem burocrática e política dos grandes prédios. Mas, esse respiro em meio ao concreto pode estar ameaçado. É o que apontam os artistas e ativistas culturais que dão o tom a essa pintura multicolorida. Eles fazem um alerta sobre o projeto de parceria público-privada (PPP), proposto pelo Governo do Distrito Federal (GDF), que pretende conceder para a iniciativa privada a gestão de equipamentos públicos como a Rodoviária do Plano Piloto, a Galeria dos Estados e o Conic, onde a cultura resiste e dá vida à cidade.

Proposto pelo GDF em setembro de 2019, o projeto prevê contrato de concessão do complexo da Rodoviária do Plano Piloto, com duração de 20 anos e valor estimado em mais de R\$ 190 milhões. Segundo edital publicado em outubro de 2020 pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (Semob/DF), responsável pela licitação, o objetivo da PPP é garantir a “recuperação, modernização, operação, manutenção, conservação e exploração” da área.

Mas movimentos sociais, culturais e deputados distritais do DF têm questionado o projeto por considerarem que a proposta não é a melhor saída para lidar com os problemas que os espaços públicos apresentam. Segundo Danielle Sanchez, assistente social e militante do Coletivo Yaa Asantewaa, a concessão abre caminho para uma “higienização” do centro

de Brasília. “A gente precisa entender que todo esse processo de privatização é também um processo de silenciamento das expressões culturais do Distrito Federal”, afirmou.

A assistente social, em conjunto com outras organizações sociais e culturais, articulam uma mobilização que questiona a transferência da gestão desses equipamentos públicos para a iniciativa privada. Conhecido como Centro pra quem?, o movimento criou um abaixo-assinado que já conta com mais de 2 mil assinaturas contra o projeto de PPP. No documento, há um manifesto que afirma que o centro da capital do país vive “uma disputa decisiva” diante do processo de concessão que, segundo o texto, é um “projeto de exclusão social”.

O manifesto destaca que embora o Plano Piloto sempre tenha sido “estrangeiro” e “alheio” para quem não mora nele, o centro da cidade se configurou como um ponto de contraste nessa arquitetura excludente, já que é um espaço público frequentado por pessoas de todas as partes do DF e Entorno. “Oásis de povo em um deserto de riqueza e desigualdade. Lugares que resistiram duramente ao abandono proposital do poder público, mesmo poder que agora usa o abandono como justificativa para entregar de bandeja e a toque de caixa um patrimônio do povo”, enfatiza outro trecho do texto.

Além de artistas, o plano de PPP também não agradou os comerciantes da Galeria dos Estados. Para o presidente da Associação dos Lojistas da Galeria dos Estados, Laercio Moura Júnior, o projeto é “inviável”. Segundo ele, o custo do aluguel

na Galeria será baseado no valor do metro quadrado praticado na Rodoviária, que é estimado em R\$ 125/dia, e inviabilizaria a permanência dos pequenos comércios, abrindo espaço para a instalação de grandes franquias.

“Eles [as grandes franquias] vão botar o preço lá no alto. Nós temos exemplos de lojas que estão no aeroporto que o custo é muito alto. E o pessoal que frequenta a Galeria ou mesmo a Rodoviária ganha em torno de um a três salários mínimos, eles não vão conseguir consumir. Eles vão ter que chegar lá já abastecidos, porque ali vai ficar inviável, né?”, argumentou.

## PPP versus privatização

No Brasil, existem dois tipos de desestatização, em que a prestação de algum serviço público deixa de ser feita pelo governo e passa a ser realizada pela iniciativa privada. Um dos modelos é o da privatização, que é a venda de um bem público ao setor privado. O outro é o de concessão, que transfere, por prazo determinado, a execução de serviços públicos para um ente privado. É aí que entra a Parceria Público-Privada (PPP).

Na concessão comum, o dinheiro para cobrir os custos do serviço prestado pela empresa privada vem de tarifas pagas pelos usuários. Já na PPP, o ente público também ajuda a pagar essa conta. Segundo a Lei nº 11.079/2004, que rege as PPPs, a parceria deve durar no mínimo cinco anos, podendo ser prorrogada até que chegue ao limite de

35 anos. O valor total investido pela parte privada deve ser superior a R\$ 20 milhões durante o tempo previsto no contrato.

## Cultura popular

O Instituto Cultural e Social No Setor é um dos grupos que participam ativamente do debate sobre o projeto de PPP da Rodoviária e da Galeria dos Estados. O movimento realiza projetos sociais e culturais no centro de Brasília, buscando atender principalmente pessoas em vulnerabilidade social. Segundo o coordenador-geral do instituto, Rafael Reis, a proposta pode limitar o acesso à cultura pela sociedade. “A iniciativa privada tem como maior objetivo a obtenção de lucros, nosso maior medo é que isso encareça a produção cultural”, explicou.

Rafael disse também que a concessão dos serviços ao setor privado pode tornar os espaços “gentrificadores” e “elitizados”. “Temos entendimento e experiências compartilhadas por outros espaços que confirmam o potencial elitizador do projeto tornando a cidade ainda mais desigual”, relatou.

As fanfarras de rua são outro movimento artístico pujante da cena cultural do centro de Brasília, presentes de modo importante não apenas no carnaval de rua, mas também em ensaios regulares em locais públicos ao longo de todo ano. A fanfarras Muralha Antifacista nasceu em 2021, para unir forças nas ruas em protestos contra a onda de autoritarismo da política nacional e local, e agora também vê sua existência ameaçada pelo projeto de PPP.

Segundo Leonardo Rodrigues, integrante da Muralha, esse movimento cultural busca a “ocupação responsável” do espaço urbano, por entender que este local é essencial para a existência e a prática das fanfarras. “Permitir a privatização do centro de Brasília é permitir o fim da diversidade, da resistência, é permitir que se torne um espaço hostil”, denunciou.

## Debate público

Segundo dados da administração da Rodoviária do Plano Piloto, cerca de 700 mil pessoas transitam pelo terminal diariamente e 5 mil pela Galeria dos Estados. Mas, segundo fontes ouvidas pelo Jornal Campus, esse contingente populacional ainda não está totalmente inserido no debate sobre o projeto de PPP, que pode afetar diretamente o deslocamento, o consumo e a utilização cultural do espaço público por parte da população.

Para Laércio Moura, embora tenha aumentado o número de audiências públicas sobre o projeto este ano, com a participação de representantes da sociedade civil e de deputados, a população “não está sendo ouvida”. O presidente da Associação dos Lo-

jistas da Galeria dos Estados destaca que as pessoas ainda não estão atentas ao impacto do projeto, já que, segundo ele, a imprensa tem produzido uma cobertura sobre o PPP que destaca apenas os problemas atualmente enfrentados na Rodoviária e Galeria.



## Oásis de povo em um deserto de riqueza e desigualdade.

## Impactos

Questionada pela reportagem, a Semob disse que “não haverá impacto” no preço da passagem paga pelo usuário, já que o GDF adota a tarifa técnica, que permite manter a passagem acessível à população. “O passageiro paga uma parte e o GDF paga o restante do custo de transporte coletivo”, afirmou.

Em relação ao possível aumento do aluguel para os comerciantes e, consequentemente, dos valores dos itens comercializados, a Secretaria informou que “não está previsto impacto nos preços dos produtos, pois o público consumidor será o mesmo e os atuais permissionários têm preferência de permanecer no local, sem cobranças adicionais”. A pasta afirmou que o GDF garantiu que “vai vedar a cobrança de joia e de outras taxas desses permissionários”.

Sobre a falta de participação popular na discussão do projeto, a Semob disse que “o projeto foi divulgado e ficou em consulta pública por 30 dias” e uma audiência pública foi realizada, “conforme Aviso publicado na edição extra do DODF de 23 de outubro de 2020”.

Durante o evento, segundo a Secretaria, foram “ouvidas 17 contribuições no púlpitos” e “125 questionamentos” via ouvidoria, e-mail e whatsapp. “Estas manifestações foram analisadas, respondidas e consolidadas no Relatório de Consulta e Audiências Públicas, publicado no site da SEMOB”, completou.

## Fechado e sem prazo

A menos de um quilômetro da Rodoviária do Plano Piloto está o Teatro Nacional, principal referência para a cultura do DF. Fechado há nove anos por não atender normas de acessibilidade e segurança, o teatro não tem previsão de reabertura, deixando questionamentos acerca dos planos do GDF para o uso do espaço. Só

em dezembro de 2022 foi assinada a licitação para a reforma da Sala Martins Pena, uma das quatro maiores salas do teatro. O projeto está orçado em R\$ 49,7 milhões e tem prazo de entrega para o fim de 2024.

Em maio deste ano, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) pediu para que a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF (Seccec/DF) explicasse o motivo da demora da reabertura do espaço. Em dezembro do ano passado, antes da licitação ser concluída, o tribunal apontou estado de risco de prejuízo ao patrimônio público por conta de abandono e ausência de conservação e manutenção.

O ex-secretário de Cultura de Economia Criativa do DF, Bartolomeu Rodrigues, que estava à frente da pasta na época, afirmou que a prioridade da pasta seria a reabertura do Teatro Nacional no novo mandato do governador Ibaneis Rocha, que vai até 2026. Mas, devido ao alto orçamento da reforma, que chegará a R\$ 250 milhões, a Seccec entrou em negociações com o governo federal para conseguir mais verbas para as reformas das outras salas.

A Seccec informou que as salas serão reformadas e inauguradas uma por uma, de forma gradual, mas não há um calendário previsto para isso. “É importante frisar que não estamos tratando somente de uma reforma; é um bem tombado e, portanto, tem todo um cuidado e zelo para manter as características originais do projeto. A reforma e restauro do Teatro Nacional segue firme”, declarou Cláudio Abrantes, atual secretário de cultura do DF. A ideia de uma gestão compartilhada com o setor privado não é descartada pelo órgão. Em entrevista, a secretaria acredita que essa concessão pode ser benéfica, mas isso só será avaliado após a reforma completa do Teatro.

Para o ator, diretor e professor de artes cênicas da Universidade de Brasília (UnB), Graça Veloso, a paralisação do Teatro Nacional é um retrato de que a cena teatral perdeu seu valor na sociedade. “A situação do Teatro hoje traduz o quanto vivemos em uma arte sem significado social; ele está fechado há quase dez anos e muita gente nem sabe, ninguém pergunta sobre o Teatro”, apontou.

O professor destacou que, historicamente, o espaço raramente contava com a presença de público vindo das regiões fora do Plano Piloto. “As periferias geográficas jamais tiveram acesso efetivo ao teatro brasileiro, faltou ao Estado investir em dar condições a essas pessoas irem ao Teatro Nacional”, apontou. Graça Veloso ainda prevê que, quando o Teatro Nacional for reaberto, a situação não irá se alterar, a não ser que haja um “entendimento e investimento no lado educativo do teatro, principalmente na rede pública”.



Teatro Nacional está fechado há mais de nove anos para reforma

Crédito: Arthur Vieira

# Cárcere negro, judiciário branco

A cor da pele separa quem julga e quem é julgado no Brasil. Os juizes são majoritariamente brancos, enquanto a maioria do sistema carcerário é negra

Reportagem | Sthefany Rocha

Er am 11h do dia 25 de maio de 2022. Genivaldo Santos, homem negro de 38 anos, pai de uma criança de 11, estava na casa da irmã no município de Umbaúba, em Sergipe. Por ser quase meio-dia, pediu a moto da irmã emprestada para voltar para casa, em uma localidade vizinha. Saiu, por um descuido, sem capacete, e durante o trajeto foi abordado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Genivaldo foi assassinado brutalmente naquele dia após ser colocado em uma câmara de gás improvisada no porta-malas da viatura.

Já Rosângela Cibele ficou tão assustada que desistiu de levar os produtos do supermercado. Ela foi levada para a delegacia por furto. O motivo? Fome. Menos de R\$ 21 por um macarrão, um suco e um refrigerante. Mulher negra, mãe de quatro crianças e moradora de rua.

Além de notícias, essas histórias se tornam decisões judiciais. “Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça, agia de forma extremamente discreta os delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e desesperança da população”. O trecho presente na sentença de Natan Vieira, homem negro, de 42 anos, foi assinado pela juíza, mulher branca, Inês Zarpelon, da vara Criminal de Curitiba.

Dados do Diagnóstico Étnico-Racial no Poder Judiciário, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2023, apontam que apenas 14,5% dos magistrados brasileiros — ministros, conselheiros, juizes titulares e juizes substitutos — são negros.

Os dados apontam que quanto maior o cargo e a instância jurídica, menor é a presença de negros. Em relação ao gênero, a magistratura é essencialmente masculina, representando 61,2%. Já as mulheres ocupam 38,2% dos cargos. Deste percentual, somente 5% são negras.

## Seletividade penal

“Eu sou cria da favela da Maré, no Rio de Janeiro, e não me lembro de nenhum momento da minha vida de ter saído de casa sem minha mãe falar ‘leva o documento’, ‘sempre anda com o documento’, disse ao Jornal Campus a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. A estratégia usada pela mãe da ministra é uma das formas culturalmente estabelecidas entre famílias negras para tentar se proteger da violência policial.

Para o pesquisador em Criminologia Crítica da UnB, Eduardo Xavier, existe uma es-

tratégia perversa de criminalização da raça e da pobreza no Brasil. Segundo ele, o sistema de justiça define alvos penais para sustentar a aplicação das leis. “O primeiro plano de apontamento é o das comunidades periféricas, de pessoas empobrecidas. No Brasil, não se explica exclusivamente por uma questão econômica, mas sim, por uma carga racial, ou seja pelo racismo”, reforçou.

Xavier explica que esse aparato do Estado funciona como uma “máquina de moer gente” ou de encarceramento em massa da juventude negra, e é dividido em três etapas: tipificação, processo e cárcere.

Em contraponto ao perfil branco do judiciário, a população carcerária é majoritariamente negra no Brasil, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023. Das 832 mil pessoas que vivem com a liberdade cerceada e sob a tutela do Estado, 68,2% são pessoas negras. O estudo também revela que a juventude negra é a principal vítima das Mortes Violentas Intencionais — homicídios dolosos, latrocínios, lesão corporal seguida de morte, entre outros.

A advogada Sarah Coly conecta esses dados de privação de liberdade com a representação branca dos “juizadores”. Para ela, essa característica não é coincidência, juizes brancos condenam, em maior proporção, pesso-

O pesquisador em Direito da Universidade de Brasília e advogado, Fernando Nascimento, reforça essa hipótese. “Se os condenados e presos são em maioria negros, e os juizes são majoritariamente brancos, essa justiça tende a condenar réus negros”, explicou. Segundo ele, essa é uma constatação histórica da seletividade do sistema penal brasileiro. “Eles fazem as leis, definem os crimes e depois sentam para julgar”, concluiu.

## Desigualdades

Os pretos e pardos são a maioria da população brasileira (56%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas, segundo o estudo Síntese de Indicadores Sociais de 2022, as pessoas negras têm menor acesso a direitos básicos, como emprego, educação, segurança, entre outros. Enquanto isso, o levantamento indica que as maiores rendas do país se concentram na população branca.

Nascimento explica que essa parcela de brasileiros encontra mais obstáculos para alcançar posições de poder no judiciário devido à desigualdade. “Claro que, nesse contexto, é muito mais provável que pessoas brancas acessem o Poder Judiciário, porque as pessoas brancas são aquelas que estão nas regiões economicamente mais favorecidas ou que se destacam economicamente”, esclareceu.

Em 91 anos de existência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apenas em 2023, Edilene Lôbo foi a primeira mulher negra nomeada para o cargo de juíza-substituta na Corte.

Para a ministra, “a casa da Justiça tem que ter justiça, inclusive na sua composição”. Segundo ela, esse déficit nos espaços decisórios do poder Judiciário provoca prejuízos à democracia. “Nós precisamos fazer valer a Constituição, para falarmos de justiça e ocupação dos espaços decisórios”, afirmou. “Quanto mais múltipla for a composição das cortes brasileiras, mais possibilidade de acertar ao aplicar o direito aos casos concretos”, defendeu.

## “De dentro para dentro”

De acordo com o Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2018, a maioria dos juizes tem origem nos estratos sociais mais altos, ou seja, vem de famílias com maior renda e acessam as melhores escolas, sendo que 51% deles têm o pai com diploma de ensino superior ou pós-graduação, e 42% com a mãe na mesma faixa de escolaridade.

A pesquisa indica também uma característica de “dentro para dentro” do judiciário. Pessoas com familiares em carreiras jurídicas têm maior possibilidade de se tornarem juizes. Esse é o caso de Sarah Coly, advogada em

Brasília. Filha de pai advogado e mãe médica. Por ser de uma família de classe média alta, teve acesso a boas escolas e oportunidades, além da referência do pai graduado em direito. Ela faz parte do grupo de advogados(as) negros(as). Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, existem 1,3 milhão de profissionais registrados e 33% deles são pretos ou pardos.

Sarah ressalta que a conjuntura socioeconômica da família foi fundamental para a ascensão na profissão, mas adverte: “Não sou parâmetro para refletir a realidade da maioria das pessoas negras que ocupam esse espaço”. Como mulher negra, enfrentou mais o preconceito racial e de gênero do que problemas financeiros. As mulheres negras são a fatia mais pobre da população, de acordo com o IBGE.

## Atravessando barreiras

Já Fábio Francisco Esteves, juiz negro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), teve que atravessar as barreiras econômicas para ingressar na carreira. De família humilde, pai capataz de fazenda e mãe empregada doméstica, foi o primeiro a cursar o ensino superior. Desde criança sonhava em ser juiz e viajava 23 quilômetros para frequentar uma escola rural no interior do Mato Grosso do Sul.

Fábio enxergou a magistratura como forma de mudar a realidade de subordinação e injustiças vivenciadas pelo núcleo familiar. “Isso me despertou para busca de uma profissão que pudesse ser um espaço de poder, onde eu pudesse, de alguma forma, tratar questões do Brasil e dessas questões de Justiça”, contou.

## Acesso à justiça

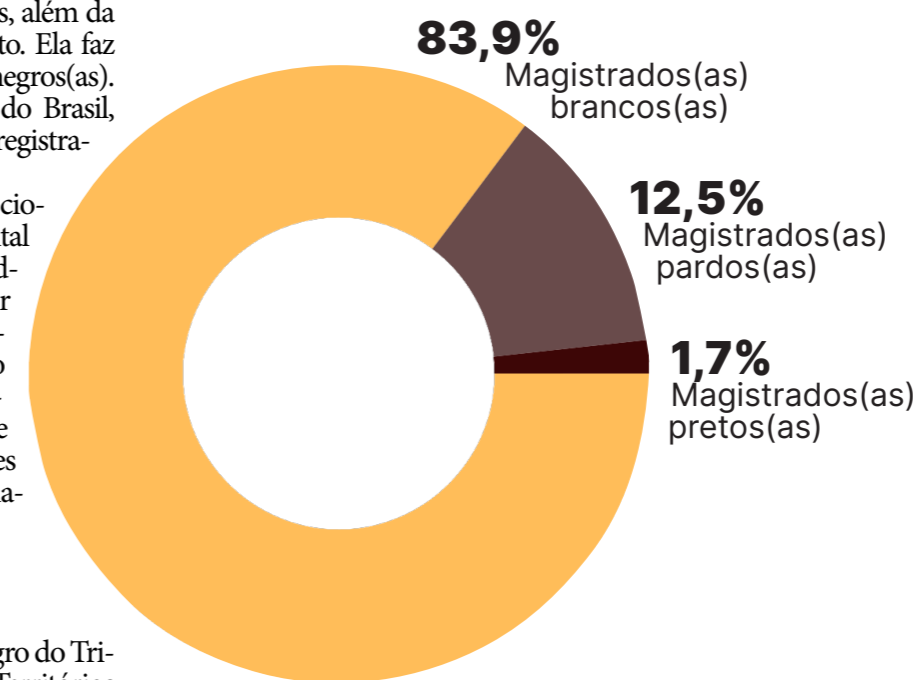
“Eles fazem as leis, definem os crimes e depois sentam para julgar”, concluiu.

“As pessoas comuns não acessam a Justiça por medo”, declarou Irapuá Santana, Procurador do município de Mauá, São Paulo. Para ele, os brasileiros em situação de vulnerabilidade social têm os direitos violados constantemente, mas as características da Justiça os afastam desse espaço. “Quando a pessoa ouve falar em juiz, em Tribunal, ela liga que pode vir a ser presa ou que vai ser maltratada”, relatou. “A imagem do direito é super excludente”.

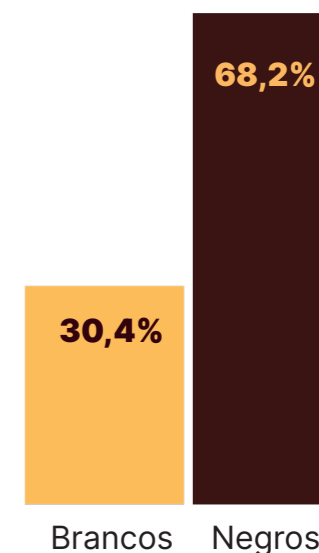
Fábio Esteves acredita que mais diversidade de gênero e raça nesses espaços poderia aproximar a maioria da população do sistema de Justiça. “A diversidade é um ativo judicial”, afirmou. Na visão de Fábio, a sociedade civil está cada vez mais engajada para mudar essa realidade excludente, fazendo cobranças necessárias ao Judiciário. A criação da política de cotas para inserção de pretos e pardos na magistratura, adotada pelo CNJ em 2015, é um exemplo disso.

Para o procurador Irapuá, as cotas foram um avanço, mas o cenário está longe de ser o ideal, pois o mais urgente é a igualdade de condições durante o processo de seleção nos concursos públicos. Segundo ele, a reserva de vagas precisa se refletir em mais negros aprovados. “Senão fica só mais uma fotinha bonita [para dizer] ‘ó implementamos as cotas’, aí quando chega o dia, entre os aprovados só aparecem pessoas brancas”, concluiu.

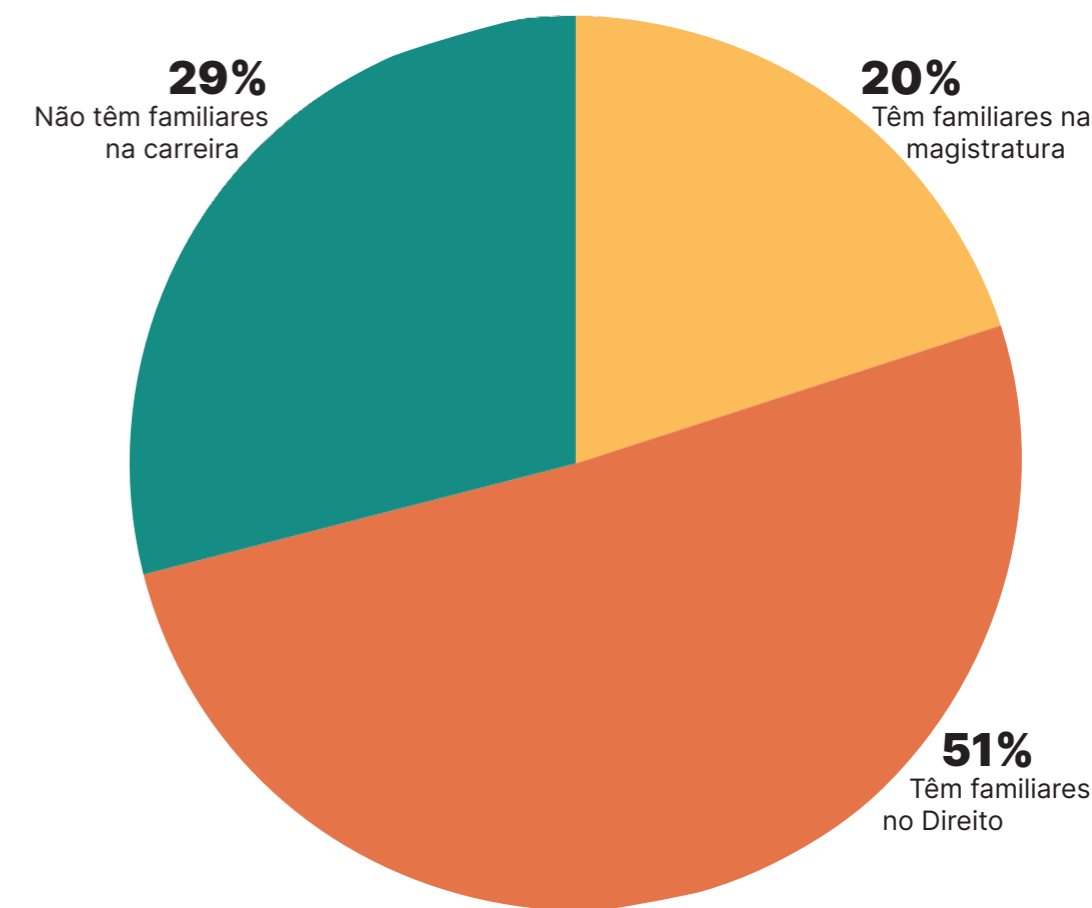
## Perfil do Judiciário



## População carcerária

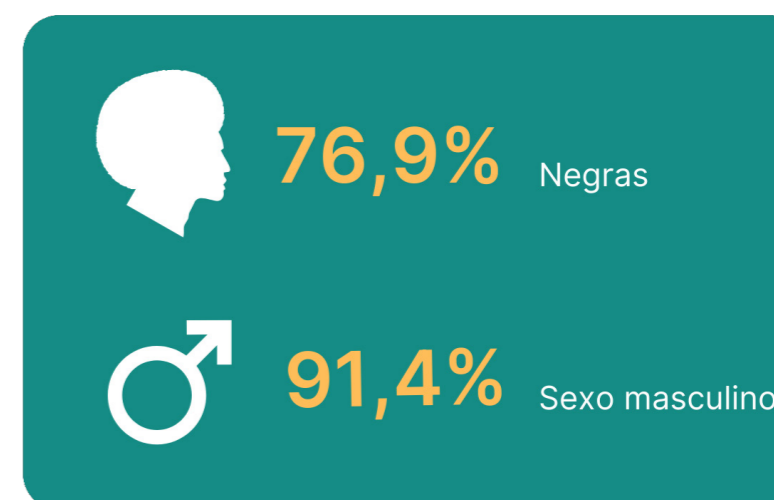


## Estrutura familiar dos magistrados



\*11.348 magistrados participaram da pesquisa

## Vítimas das mortes violentas



Crédito: Verônica Popov

a s negras.

“Isso não quer dizer que pessoas negras cometam mais crimes, mas sim, que o foco dado ao julgamento dessas pessoas é muitas vezes desproporcional e sem a garantia das mesmas armas para a luta judicial”, analisou Coly.

# Supremo pode liberar maconha para uso pessoal buscando fim de desigualdades

Descriminalização busca reduzir desigualdades com traços de raça e classe social. Decisão enfrenta desinformação e especialistas apostam na conscientização da população

Reportagem | Gabriel de Sousa

Era uma noite de sábado, em 2017, quando Jonas Silva\*, um jovem preto de 20 anos, praticava manobras de skate com seus amigos na Praça dos Eucliptos, em Ceilândia Norte. Hoje ele lembra que viaturas da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) faziam rondas nesse horário e que tinha um pacote de “flagrante” no seu bolso, mas não sentiu, naquele momento, medo de sofrer um “bacu”.

Enquanto conversava com um amigo sobre o que iriam fazer depois de saírem da praça, Jonas ouviu ao fundo a sirene. A primeira coisa que pensou foi em se desfazer da maconha. “Pensei em jogar para longe, lá pro matto. Não vou negar para você que já fiz isso e deu certo”, disse.

A estratégia não funcionou dessa vez e Jonas foi revistado por policiais, que acharam a droga. Jonas era reincidente e, por isso, a punição foi além das advertências verbais. Ele teve que cumprir oito meses de medida educativa de comparecimento a um curso, previsto no artigo nº 28 da Lei de Drogas.

O artigo estabelece que aquele que for pego comprando, guardando ou portando drogas sem autorização para consumo próprio está sujeito a três penas. A primeira é uma advertência sobre o efeito das drogas, a segunda é a prestação de serviços à comunidade e a terceira é o comparecimento em programas e cursos educativos.

O artigo nº 28 estabelece as penas, mas não os critérios que diferenciam um usuário de drogas de um traficante. Na visão de especialistas ouvidos pela reportagem, a falta de uma delimitação faz com que pessoas pobres e negras estejam mais sujeitas a serem autuadas no crime de tráfico, cujas punições variam entre cinco a 15 anos de reclusão.

## STF pode extinguir penas

No STF, onze ministros votam se essas penas devem ser extintas ou não. Até o momento da publicação desta edição do Campus, cinco consideraram que a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal deve se tornar realidade. É necessário apenas outro voto favorável para que as punições deixem de valer.

Seis anos depois, Jonas acredita que a decisão do STF representa um avanço nos debates, e espera que jovens como ele não fiquem marcados por “decisões pessoais”. “Se isso acontecer, eles devem olhar para trás e ver aqueles que já tiveram que prestar contas com a Justiça”, observou.

Um dos ministros do STF que votou a favor da descriminalização do porte da maconha foi Alexandre de Moraes. No momento do seu voto, ele ressaltou a desigualdade racial que está presente em abordagens policiais: “Negros e analfabetos são considerados traficantes com quantidades bem menores de drogas do que os maiores de 30 anos, brancos e portadores de curso superior”.

## Espaço no debate

No distrito de Padre Lucio, em Águas Lindas de Goiás, onde pequenos casebres e grandes chácaras dividem estreitas ruas de terra vermelha, o Instituto Despertai, uma clínica de reabilitação, que atende mais de 50 dependentes químicos encaminhados pelo governo ou por suas famílias, oferece terapias que buscam estabelecer um processo de acolhimento, conscientização e reinserção na sociedade.

Leidiane Ferreira é ex-dependente química e se graduou em assistência social. Na opinião dela, as clínicas de reabilitação não são ouvidas nas discussões sobre descriminalização. “O Brasil discute muito o consumo, mas não discute o método de se tratar

os problemas com drogas”, disse Leidiane.

Ao mesmo tempo em que a descriminalização do porte da maconha para uso pessoal está na pauta do STF, acadêmicos discutem o papel das clínicas de reabilitação. A realidade brasileira é que muitas não têm uma fiscalização adequada, e não existem estudos que comprovem a eficiência deste modelo.

De acordo com o sociólogo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Jackson Lima, as clínicas de reabilitação podem se tornar algo mais negativo do que positivo para os usuários. “Entidades lidam com pessoas muito vulneráveis como um tipo de mercado que não é regulamentado. Essas pessoas devem ser compreendidas, e não inferiorizadas, para poder deixar os vícios”, explica.

## Conscientização

Para Andrea Donatti Galassi, professora e coordenadora do Centro de Referência sobre Drogas e Vulnerabilidades Associadas da Faculdade de Ceilândia da UnB (CRR/FCE/UnB), a decisão da Corte deve ser acompanhada por campanhas comunicacionais que conscientizem a população sobre os riscos do uso da maconha.

“A gente tem o exemplo da regulação exemplar que o Brasil fez com o cigarro. Nós não proibimos o cigarro, mas conquistamos um dos menores índices mundiais de consumo. Isso foi possível a partir de investimentos em comunicação que alertaram a população sobre os efeitos”, destaca.

A professora acredita que o STF deveria dar um passo a mais para extinguir a punição do porte pessoal para uso de todas as drogas ilícitas. Segundo a especialista, não descriminalizar o uso de outros entorpecentes, como o crack, alimenta o estigma dos usuários, que são mais vulneráveis do que os consumidores da *cannabis*.

\*Jonas Silva - nome fictício

## Glossário:

**Bacu:** situação quando a polícia faz uma revista policial, em busca de entorpecentes ou outros itens ilegais.

**Flagrante:** itens ilegais em posse de uma pessoa que, caso sejam descobertos por policiais, podem ocasionar a uma prisão em flagrante, em que o ato criminoso se torna incontestável.

# Escolas refletem ódio que circula na sociedade brasileira

Violência escolar se manifesta em ações de autoridades, professores, servidores e alunos. Especialistas indicam que a escola é parte do problema e da solução

Reportagem | Rayanne Nascimento

Créditos: Rayanne Nascimento



Escolas rodeadas por grades retratam a privação de liberdade vivida no ambiente institucional

sa atender um público de cerca de 472 mil estudantes vinculados às instituições de ensino do DF. São cerca de três mil estudantes por profissional capacitado.

A visão de Isabela vai de encontro com os relatos da estudante de escola pública Marlia Cardoso, de 18 anos. Prestes a terminar o ensino médio, a aluna percebe que a violência verbal acontece diariamente e não se trata, necessariamente, de bullying. “Se o aluno não fizer todas as atividades propostas, não será ninguém na vida, ou, que se não se dedicar em uma matéria, se tornará gari no futuro”, são frases que a jovem já ouviu em sala de aula.



**Existe um corpo, existe uma cor, existe uma condição social. Aquilo que está fora desse padrão, é condenado como ruim.**

Marlia conta que casos de gordofobia e de racismo são frequentes no ambiente escolar, e não envolvem apenas estudantes. “Por mais que se possa ler muitas frases dizendo o contrário nos murais da escola, é algo recorrente, e não se pode afirmar que as diferenças são bem aceitas por todos”, conclui a estudante.

O episódio de intolerância vivido pela professora da rede particular de ensino Ravenna Horrana demonstra os entraves de ir na contramão das supremacia ao trabalhar com a educação antirracista. A professora de ciências biológicas do ensino fundamental foi advertida por desenvolver seu conte-

údo utilizando divindades da cosmologia indígena e Iorubá como ferramenta pedagógica. “A coordenação me chamou na sala e falou que um aluno passou mal durante a aula. Porque eu estava falando do Candomblé dentro de sala”, contou Ravenna.

Tempos depois, a professora foi demitida, atitude caracterizada por ela como algo político: “O racismo aparece, mas você tem que ter muito olho pra ver, porque ele é sutil”.

## Desafios

A educação antirracista trabalhada por Ravenna Horrana propõe o estudo de raça para romper com o ensino hegemônico, que favorece partes dominantes da sociedade. Ela reforçou que esse movimento precisa ir além de momentos pontuais, como a Semana da Consciência Negra, e se inserir nas metodologias utilizadas em sala de aula.

“A formação que a gente precisa dar para aqueles que vão cuidar desse processo na escola é para se despedir dos seus preconceitos, construir novos conceitos e o respeito dos sujeitos. E ser contrário a violência”, destacou Catarina de Almeida sobre a formação de profissionais da educação.

Abordar questões étnico-raciais, de gênero e de classe são maneiras apontadas por Almeida como intervenções no ensino básico e superior. A pesquisadora acredita na possibilidade de ir contra o caráter estrutural da violência escolar, contudo, é necessário que esse trabalho esteja na mesma proporção dos 47,4 milhões de estudantes matriculados e dos 2,3 milhões de docentes vinculados ao ensino básico brasileiro.

“A escola é parte do problema e parte da solução, porque ela precisa trabalhar que somos sujeitos com características diferentes e que temos que respeitar uns aos outros e construir um mundo que caiba a todos nós. Mas é a escola sozinha que vai fazer isso?”, questionou a educadora.



# Quando a mobilidade é um problema

Políticas de planejamento urbano desconsideram mulheres e causam transtornos em seus deslocamentos nas cidades

Reportagem | Fernanda Fonseca



Sarah Estephanie estava em um ônibus lotado em Belo Horizonte quando sentiu um homem encostando no seu corpo. Ao desembarcar na estação no centro da capital, ela percebeu que a parte de trás de sua calça estava molhada por um líquido “gosmento”. A jovem de 18 anos, então, gravou um vídeo para as redes sociais: “Isso é um absurdo. [...] Esse desgraçado aqui está com as calças toda molhada porque ele ejaculou em mim”, afirmou. “A gente não tem paz indo trabalhar, em um restaurante comendo. A gente não tem paz fazendo nada”, desabafou.

Detido em flagrante, o homem de 45 anos reconheceu que ejaculou na vítima, mas tentou se justificar: “Eu não tive cul-

pa, seu policial. O ônibus estava lotado, a menina era bonitinha, começou a ‘relar’ em mim (...)”. Em 2022, quando o caso repercutiu, a Polícia Civil de Minas Gerais informou que “ratificou o flagrante por importunação sexual”, com pena de reclusão de até cinco anos.

Esse não é um caso isolado. De olhares insistentes e cantadas indesejadas a abuso físico ou sexual: no Brasil, 3 em cada 4 mulheres já sofreram alguma forma de violência enquanto se deslocavam pela cidade, sendo que a maioria das situações ocorreram a pé ou de ônibus. Os dados de 2023 do Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva também apontam que 81% das entrevistadas acreditam que os espaços públicos represen-

tam um maior perigo para as mulheres do que para os homens.

Diante desse panorama de insegurança, elas adotam medidas “preventivas” em suas rotinas, que vão desde mudar o trajeto para chegar em casa até a escolha da roupa para deixar o filho na escola. “Quando vou à rodoviária, faço questão de ir acompanhada. Também fico apreensiva quando desço do ônibus e tenho que ir andando para casa”, compartilhou Mariana Alves, uma estudante de 23 anos que foi vítima de dois casos de assédio no transporte público enquanto retornava do trabalho. Em um dos incidentes, ela desceu em um ponto distante da parada de ônibus usual para evitar ser seguida pelo assediador.

“Ser mulher infelizmente nos coloca em situações de vulnerabilidade que são inadmissíveis, desumanas e desrespeitosas. A realidade de se sentir insegura e sujeita a assédio em um transporte público só é compreendida por quem passou por isso. É um trauma que permanece por muito tempo e altera nossa perspectiva sobre o mundo”, desabafou a estudante.

## Saúde mental

A psicóloga Lilian Lacerda, especialista em saúde mental feminina, explica que a ansiedade é uma emoção que geralmente surge em situações de alerta, quando a segurança está em jogo. Mas para as mulheres que precisam se deslocar e têm a constante preocupação de enfrentar violências, esse sentimento está sempre ativo, como um tipo de “mecanismo de sobrevivência”.

“Manter esse estado de alerta constante causa um desgaste mental, emocional e até mesmo fisiológico. A qualidade de vida é prejudicada quando a ansiedade se torna um estado crônico, mantido para sobreviver”, disse. Lacerda explica que essa constante sensação de alerta pode levar as mulheres a se responsabilizar pela violência que enfrentam, contribuindo para um ciclo de culpa e autopunição. “Elas começam a esconder seus corpos e até renegá-los”, enfatizou.

Para Mariana, a experiência de assédio fez com que a estudante deixasse de usar “roupas que chamam muita atenção” pelo medo da vulnerabilidade. “No meu trabalho, às vezes, é necessário usar vestidos e saias, mas quando vou embora, imediatamente troco por roupas mais discretas, como chinelos ou tênis, para estar preparada caso eu precise correr”, ressaltou.

A pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em mobilidade feminina, Adriana da Silva Souza, esclarece que, para as mulheres, a insegurança ao circular pelas cidades está intrinsecamente ligada ao próprio corpo, já que a violência, quando acontece, é direcionada a ele: “Pode parecer exagero, mas mudamos de roupa, alteramos nosso caminho, ligamos para alguém, pedimos companhia, evitamos certos lugares, tudo por medo de sermos alvo de violência simplesmente por sermos mulheres”.

Em números\*, 9 em cada 10 mulheres brasileiras adotaram estratégias para aumentar sua sensação de segurança ao se locomover pela cidade. Isso inclui solicitar a companhia de alguém para compromissos a fim de evitar deslocamentos solitários (70%) e até mesmo desistir de frequentar determinados lugares devido à sensação de insegurança (65%). Cerca de 58% relataram atrasos ao chegar a algum destino por terem que desviar ou mudar suas rotas para evitar áreas desertas e consideradas perigosas.

## Falta de planejamento

Adriana resalta que o medo sentido pelas mulheres é fruto de um planejamento urbano que desconsidera suas necessidades específicas, priorizando um modelo dominado por perspectivas masculinas. “Quando digo que há um planejamento tradicional, patriarcal e machista, é porque as atividades e deslocamentos das mulheres são ignorados”, salientou.

Desde 2012, o Brasil implementa a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), conforme estabelecido pela Lei n.º 12.587/2012. O documento delinea diretrizes, princípios e iniciativas gover-

namentais com o propósito de transformar as cidades em ambientes mais inclusivos e seguros, por meio de um planejamento de transporte considerado “eficiente” e “acessível”.

Apesar da implementação da PNMU, a arquiteta e urbanista Kelly Fernandes aponta que os avanços no planejamento urbano, considerando a perspectiva de gênero, têm sido insuficientes. “Ao examinar nossa legislação atual, fica evidente que há muito a ser feito nesse sentido. Enquanto nos deslocamos pelas ruas, percebemos que a infraestrutura não é acolhedora e o serviço de transporte deixa a desejar”, destacou.

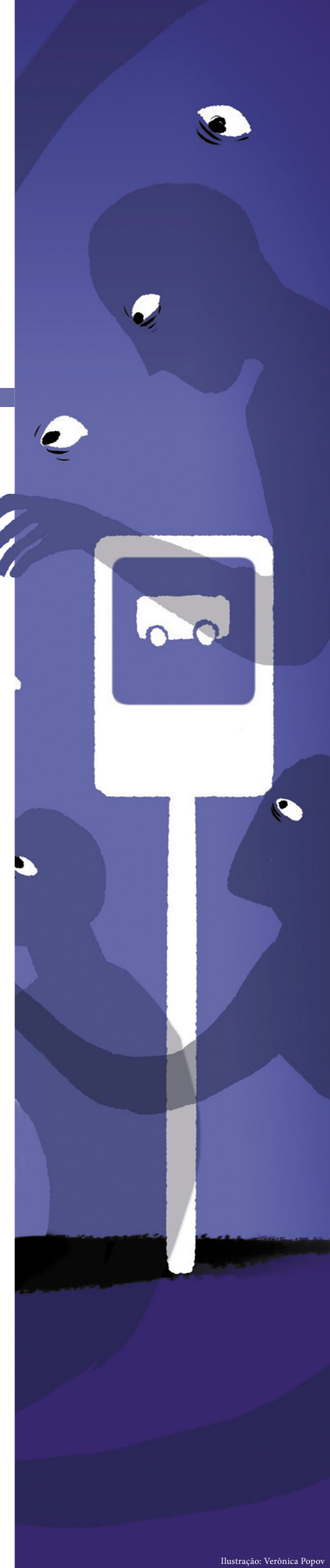
## No Brasil, 3 em cada 4 mulheres já sofreram alguma forma de violência enquanto se deslocavam pela cidade, sendo que a maioria das situações ocorreram a pé ou de ônibus.

A importância de incorporar a interseccionalidade no planejamento urbano é enfatizada pela arquiteta como um meio para garantir a inclusão das mulheres nas cidades, em especial as mulheres negras. Segundo estatísticas do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento de 2023, esse grupo é mais vulnerável à violência devido à “neutralidade” da mobilidade urbana. Ao se deslocarem a pé, por exemplo, elas são mais propensas a serem vítimas de estupro (56%) do que as não-negras (43%)\*.

Entre as mulheres, apesar das estratégias para aumentar a segurança se concentram principalmente em ações individuais, há um reconhecimento da importância de melhorias nas políticas públicas em níveis federal, estadual e municipal. Ainda segundo os dados levantados pelo Instituto Patrícia Galvão, 93% das entrevistadas identificaram a iluminação das ruas como uma das iniciativas consideradas cruciais para melhorar a segurança nos deslocamentos. Além disso, 9 em cada 10 mulheres mencionaram a necessidade de reduzir a quantidade de espaços abandonados e de corrigir as deficiências no transporte público.

Na perspectiva da conscientização, Haydee Svab, especialista em mobilidade e cientista de dados, enfatiza a relevância de transformar os espaços do transporte coletivo, que são frequentemente palcos de violência, em locais para denúncias e orientações às vítimas. “Raramente pensamos no transporte dessa maneira, embora seja o ambiente em que diversas mulheres transitam, muitas vezes sendo o único local de interação com outras pessoas”, ressaltou Svab.

Além disso, a pesquisadora reitera que é fundamental responsabilizar os agressores. “Costumamos escutar justificativas como ‘o assédio acontece porque [o transporte] tá lotado’ ou porque tá de noite. Mas o assédio acontece porque existe o assediador”, sentenciou.



\*Dados da pesquisa “Percepções e experiências das mulheres quando se deslocam pelas cidades” do Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva (2023).

# Sexo pago para sobreviver

Necessidade para umas, para outras a prostituição, prática desprezada, deveria ser proibida pela legislação brasileira

Reportagem | Beatriz Reis



(Créditos/Reprodução: Beatriz Reis)

É puta. Vagabunda. Prostituta. É mulher que aguenta xingamentos, mãos passando pelo corpo além do aceitável. Mulheres que sofrem assédio caladas, porque não se sentem amparadas pela legislação brasileira caso denunciem. São subjugadas e inferiorizadas, tanto pelo Estado quanto pela sociedade. Mulheres que pegam o ônibus todos os dias com um misto de medo e coragem; que se arriscam na mão de estranhos com um objetivo maior: conseguir dinheiro suficiente para pagar as contas do mês. Nem sempre é por prazer. Fazem o que fazem por necessidade. Mulheres que encontraram na prostituição uma alternativa para viver, uma “salvação”.

Ivone é um exemplo dessas mulheres. De segunda a segunda, perto da Torre de TV de Brasília, Ivone fez das ruas mal iluminadas seu escritório; dos engratados e “pais de família” hospedados no Setor Hoteleiro Norte seus clientes; do assédio cotidiano como “ossos do ofício”. Mãe de uma menina, Ivone viu no trabalho sexual a chance de sustentar a si e sua filha, após perder o emprego de costureira durante a pandemia da covid-19. “Falar que eu sonhava em trabalhar com isso seria mentira. A gente faz o que é necessário para sobreviver”, desabafou.

Assegurou. Sorrisos sensuais, vários tons de batom vermelho, saltos batendo no asfalto e uma overdose de sutiãs de renda: essa é a armadilha escolhida pela maioria das profissionais. Uma tática de sedução e uma forma de proteção. Demonstrar fragilidade é um erro que as prostitutas não podem cometer. “Quando comecei, essas ruas escuras me assustavam, sou uma mulher pequena; é natural ter medo. Passa

um tempo e a gente se acostuma, entende o que tem que ser feito para não virar uma ‘presa fácil’. Saber o que o cliente quer é mais complicado. Às vezes, ele pode querer só o serviço normal, mas outros acham que podem fazer o que quiser com a gente”, disse Tereza Maria, 34 anos, que atua há sete anos como trabalhadora sexual.



**Nas ruas, posso até ser puta, vagabunda. Mas em casa, sou mãe.**

### Vulneráveis

Mesmo com esses escudos, o assédio é algo com que Tereza e milhares de outras mulheres na mesma situação aprenderam a conviver. A advogada e especialista em psicologia jurídica Hyezza Tavares explicou que as vítimas de assédio que trabalham com prostituição podem e devem denunciar todos os casos sofridos, mas que, devido aos estigmas associados à profissão, a denúncia, em muitos casos, não é levada adiante. “A minha experiência, inclusive com clientes, é que na própria delegacia, quando elas vão denunciar e mencionam que são prostitutas, [a denúncia] já é desconsiderada. A mulher já é desprezada”, relatou.

Uma simples palavra pode definir o termo “prostituição”: paradoxo. Ao mes-

mo tempo que é um dos trabalhos mais antigos do mundo, valorizado nas artes e em filmes de Hollywood estrelados por atrizes como Julia Roberts, é menosprezado nas conversas informais. Para a igreja, é pecado. Para a família tradicional brasileira, atentado ao pudor. Para membros mais conservadores do judiciário, é prática que deveria ser criminalizada.

Na legislação brasileira, a prostituição é ma ocupação profissional reconhecida desde 2002 pelo Ministério do Trabalho. Contudo, a lei por si só também é paradoxal, uma vez que o Código Penal proíbe a manutenção de estabelecimentos em que ocorra a exploração sexual, com detenção variando entre quatro e dez anos, além de multa. A pessoa pode oferecer o trabalho, mas não pode ter um local específico para fazê-lo. É uma contradição regulamentar.



**A mulher fica presa em um limbo entre ser desejada, desprezada e violada.**

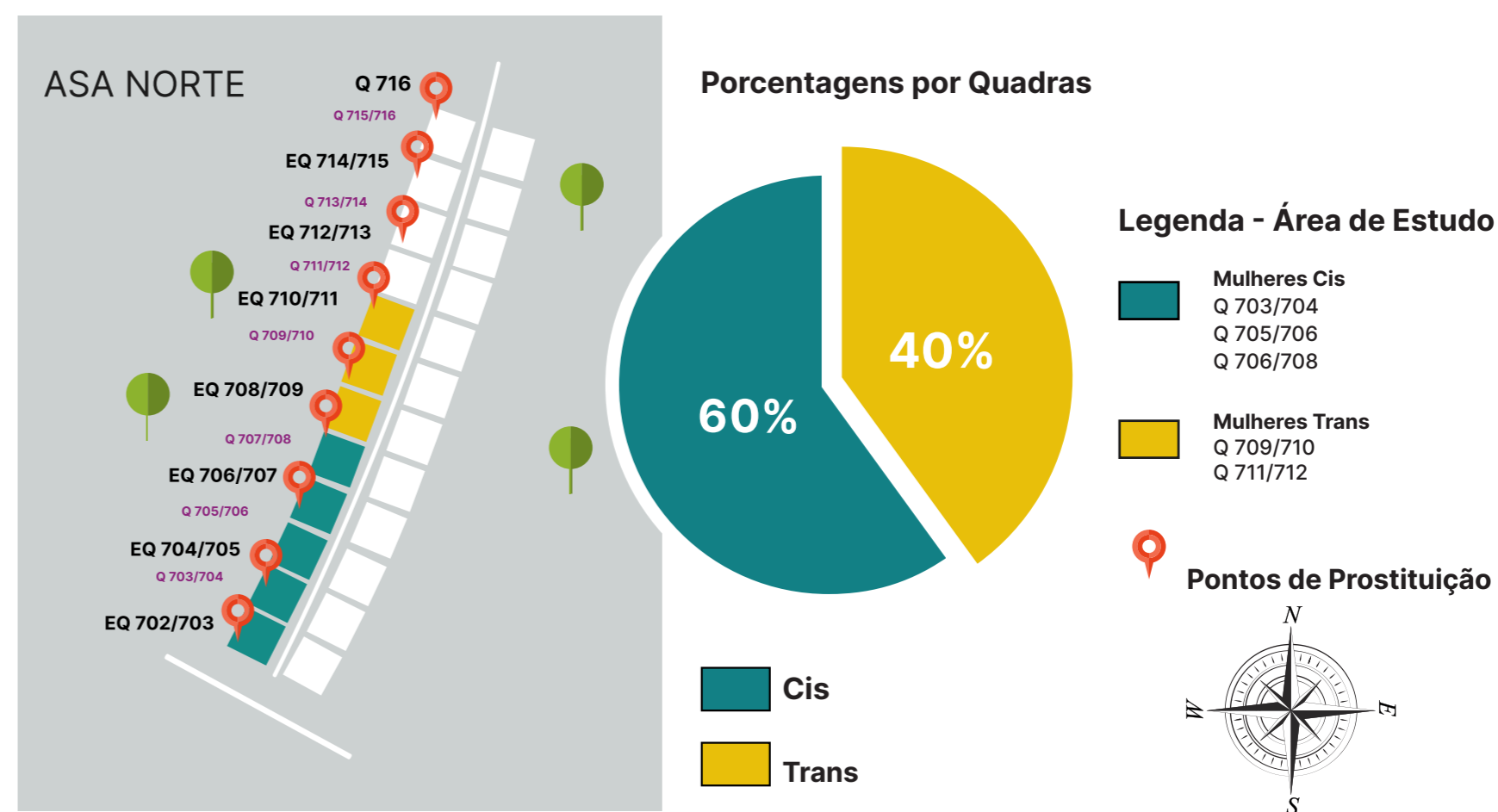
### Lugar de sexo

Apesar do ordenamento jurídico proibir locais que estimulam a prostituição, a realidade no país é outra, com casas de sexo espalhadas de norte a sul do Brasil. A redação do Campus visitou uma no Setor Hoteleiro Norte, em Brasília. Mofa e perfume barato. Esta é a combinação de cheiros de um prostíbulo às 10h da manhã. Gravar no local é uma proibição clara desde o início; ou ela é acatada ou a entrada é negada. Neste horário, o salão e o bar ainda estão fechados ao público. Cadeiras em cima das mesas. O tapete de veludo vermelho amontoado em um canto descuidado. O dono do estabelecimento, homem barbudo com cerca de 65 anos, herdou o local de seu falecido pai e admitiu: “Perdi minha virgindade com uma das putas que trabalhava aqui quando eu era moço”.

O cigarro quase ao fim e a fumaça saindo de sua boca enquanto ele explicava a dinâmica dos negócios. Um acordo é feito: a prostituta pode oferecer seu serviço no local, desde que pague uma parcela do valor recebido ao dono da casa. “Eu sou como um ‘agente’ dessas mulheres. Cobro uns 30% do que elas fazem no dia e isso varia com o movimento. Mas se sou eu quem consegui o cliente, pego uma parcela maior para mim”. A casa de sexo funciona de domingo a domingo, de 14h às 7h.

Mesmo em uma região bem policiada como essa, é possível verificar que a polícia faz vista grossa. A função de cafetão é considerada lenocínio, prática criminosa

## PONTOS DE PROSTITUIÇÃO E GÊNERO - W3 NORTE



Mapa de prostituição e gênero na Asa Norte

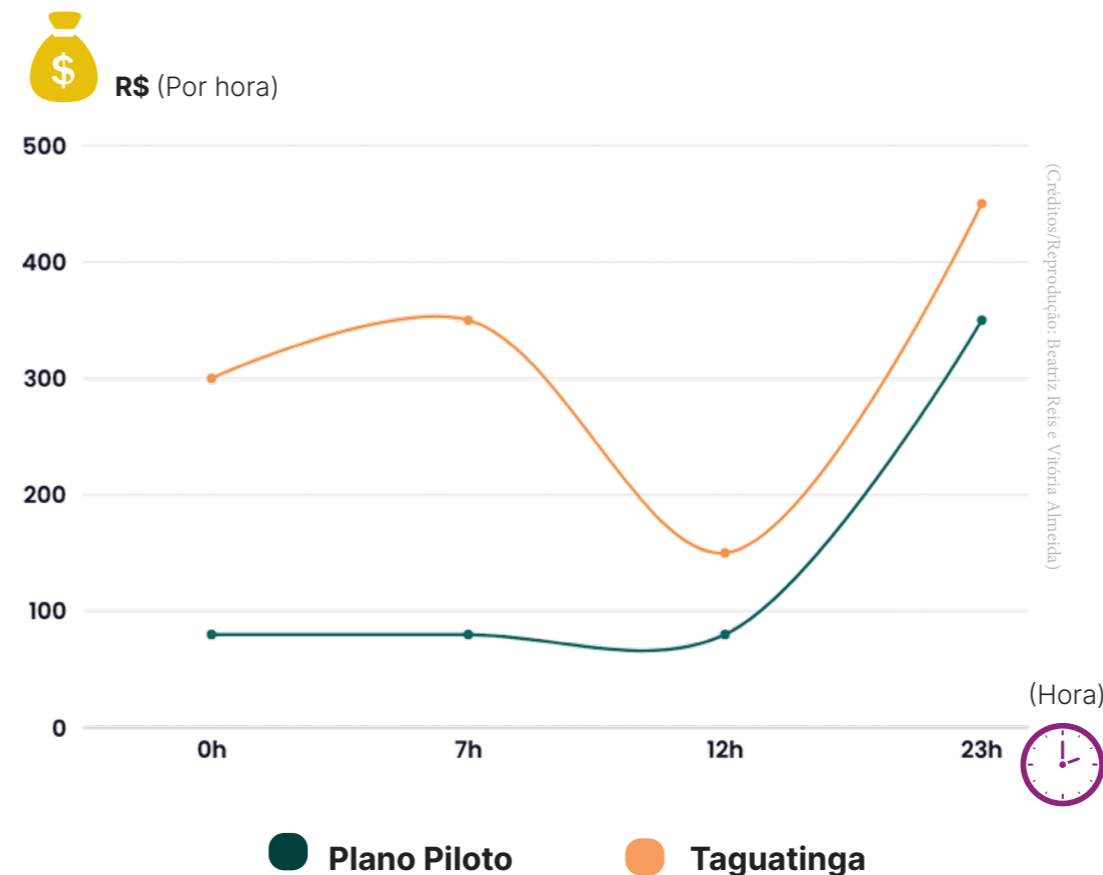
em que há estímulo, exploração ou facilitação do trabalho sexual, com punição variando entre seis meses a cinco anos.

### Arquitetura da prostituição

Quando idealizava Brasília, Oscar Niemeyer dificilmente cogitava a possibilidade de a cidade receber o apelido de Capital do sexo pago, mesmo sendo um trabalho muito presente desde a construção, em 1957. A quantidade exorbitante de serviços sexuais e prostíbulo oferecidos no quadradinho atrai pessoas de todos os estratos sociais, com valores variando de acordo com o lugar onde o serviço é prestado. Em bairros como Asa Sul e Asa Norte, a média é entre

R\$80 e R\$350 por hora. Já em regiões mais afastadas do Plano Piloto, o preço cobrado tende a ser menor.

A própria disposição das quadras do Plano Piloto é motivo de disputa para as trabalhadoras sexuais. Na Asa Norte, essas são separadas por gênero. Quadras como a 710 e 711 são pontos específicos de prostituição de mulheres trans, enquanto a 704 e 705 são reservadas para mulheres cis. Desrespeitar esse acordo é motivo de briga. Outro fator que influencia no preço cobrado é ter um lugar próprio para realização do serviço. Mulheres “locais”, que têm residência perto do ponto, cobram mais caro do que as que ficam “na pista”.



O gráfico acima representa os valores dos programas em relação às horas do dia nas duas cidades, Plano Piloto e Taguatinga

Em Taguatinga, Região Administrativa do Distrito Federal, a prostituição também tomou esquinas, bairros e até mesmo o estacionamento de fábrica de refrigerantes conhecida na cidade. Mas os serviços sexuais não se restringem à escuridão das noites. A intensa movimentação de carros, caminhões e pessoas, devido à rodovia EPTG que corta a região, contribui para que o trabalho sexual ocorra 24h por dia. Os horários de pico variam entre 16h e 21h, e o valor cobrado tende a ser mais caro durante o início da manhã.

### Incertezas legais

Criminalizar a prática da prostituição, tornando ilegal a compra e venda de sexo, é um assunto que está em pauta em diferentes momentos da história. Alguns defendem que a legislação brasileira, além de tornar a prática um crime, deveria penalizar aqueles que compram esse serviço, modelo denominado “abolicionista”, adotado na Inglaterra e Suécia. Outros mais radicais, adeptos do “proibicionismo”, acham necessário que o indivíduo que se prostitui também seja punido com consequências legais. A principal alegação é que a proibição da prostituição seria uma forma de resgatar mulheres marginalizadas.

Para mulheres como Tereza Maria, essa salvação não é algo desejado. A prostituição, mesmo não sendo a primeira escolha de ocupação profissional, é o trabalho que elas têm. Já para trabalhadoras sexuais como Ivone, “salvá-las” sem uma inserção destas no mercado de trabalho “legal” é condená-las a perderem sua única fonte de renda. “Se eu pudesse parar, eu parava. Mas ou é isso ou eu e minha filha passamos fome”, ponderou. Ainda assim, um desejo é comum entre as prostitutas de Brasília: serem vistas, ouvidas e terem seus direitos básicos respeitados, tanto como mulheres quanto como cidadãs brasileiras em meio a um retrato de desigualdade.

# Menos livros, menos empatia

Estudos mostram como a diminuição da carga de leitura afeta diretamente o desenvolvimento da empatia

Reportagem | Ana Luiza Brandão e Alice Oliveira



“Quer quer dizer pensar com uma cabeça alheia, em lugar da própria”, declarou o filósofo alemão Arthur Schopenhauer em seu livro Aforismos para a Sabedoria de Vida, publicado em 1851. Dois séculos mais tarde, a frase ainda ecoa pela literatura e se faz verdade. Em uma sociedade que lê cada vez menos, é possível questionar os impactos dessa tendência no desenvolvimento da empatia.

Não é novidade que a ausência ou redução da leitura prejudica a escrita, a interpretação, a memória. Mas é preciso enxergar o que há por trás: pessoas que leem pouco são menos empáticas e tolerantes. Segundo o Índice Global da Paz 2023 (Global Peace Index – GPI), os níveis de segurança e proteção social tiveram piora em relação ao ano passado, assim como os conflitos domésticos e internacionais. Isso significa que a sociedade tem se tornado cada vez menos tolerante e mais violenta. Mas qual a conexão entre livros e tolerância?

## Alfabetização literária

Segundo a psicóloga Cleuza Barbieri, é pela literatura que vemos, sentimos e pensamos como outra pessoa. “Nós podemos ser mais empáticos quando desenvolvemos capacidade crítica de julgamento, de análise dos eventos. E uma forma de fazer isso é pela leitura”. De acordo com ela, quando lemos — ficção, principalmente — nos colocamos no ponto de vista do narrador da história, e somos levados a entender os fatos por uma nova perspectiva: “Se eu leio que Joãozinho maltratou um cachorrinho, tenho habilidade para desenvolver o senso crítico do que é certo e errado.”

Embora a diminuição dos leitores não seja a causa de toda a intolerância do mundo, uma sociedade que gosta de ler pode compreender melhor os outros ao seu redor. Essa perspectiva foi objeto de estudo da doutoranda em educação Sarah Aline Roza em seu artigo “Relações entre leitura e empatia: Uma revisão integrada da literatura”.

A especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental defendeu não só

a compreensão do texto, mas também o significado por trás da narrativa: “a empatia é um fator tão importante para o aprendizado quanto a capacidade de entender o vocabulário”.

“As pessoas não entendem este conceito. Elas confundem empatia com compaixão”, afirmou a especialista. “Empatia é tentar entender o ponto de vista da outra pessoa, que tem uma criação diferente, crenças diferentes. Eu não preciso concordar, mas vou tentar entender”, explicou.

Em seu artigo, Sarah comprovou que a ficção tem papel fundamental no estímulo da criatividade e, consequentemente, nos relacionamentos: “As pessoas que leem textos ficcionais com frequência tornam-se mais empáticas, porque esse gênero é uma simulação das experiências sociais”. Nessa lógica, o leitor se depara com situações que ele não enfrentaria na vida real e experimenta o ponto de vista e os sentimentos do outro. “A ficção te permite entrar na história de alguém. Você se conecta e tenta transpor os obstáculos que a história te apresenta. É possível viajar sem sair da própria casa”.

## Reconexão

Para a professora Marina Prado, os livros se tornaram seu refúgio. “Há cinco anos eu sofri um acidente e, durante o repouso, a leitura me ajudou muito”. Depois de sofrer queimaduras de segundo grau no rosto, no tórax e nos braços, ela encontrou na literatura um espelho que lhe mostrou seu próprio reflexo: “Passei a fazer leituras espirituais que me



## As pessoas não entendem este conceito. Elas confundem empatia com compaixão.

ajudaram a me reconectar. Eu pensava: ainda continuo sendo a mesma Marina!”

A vida de Marina foi moldada pela literatura. Hoje, ela é professora de português para crianças e adolescentes, mas sua paixão pelos livros começou na infância: “Minha mãe é uma grande leitora e sempre comprava gibis para mim. Quando ia visitar a minha madrinha, pegava o gibi e pedia para alguém ler, já que eu ainda não sabia”.

A psicóloga Cleuza Barbieri explica que a juventude é a fase que mais necessita de estímulos à leitura, por ainda não ter desenvolvido plenamente habilidades cognitivas e de relacionamento como as pessoas mais maduras: “Em um adulto, essas habilidades precisam apenas ser exercitadas. Já em uma criança ou jovem, precisam ser desenvolvidas do zero”.

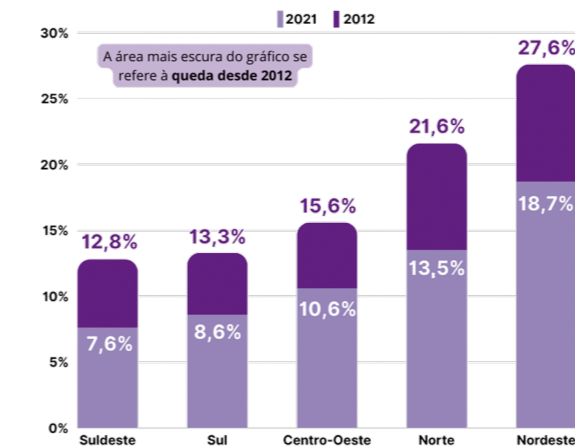
## Leitura restauradora

Para a especialista em desenvolvimento infantil e adolescente, a empatia está ligada também à atividade cerebral. “Neste período, se não existir evolução da leitura, pode haver prejuízos cerebrais. Não quer dizer que nós não possamos reverter isso”, esclareceu. “Podemos, porque o cérebro está em constante transformação”.

Já que os livros estão cada vez menos presentes na rotina dos jovens, suas capacidades de interpretação do mundo, do próximo e inclusive dos acontecimentos ao redor são prejudicadas: “Não somos seres sozinhos. Para se relacionar com alguém, é preciso ter um cérebro emocionalmente maduro, que possa conhecer o outro, entender o outro, ser intuitivo e até perceber perigos”, esclareceu Barbieri.

## Taxa de analfabetismo funcional

Entre maiores de 15 anos, por região



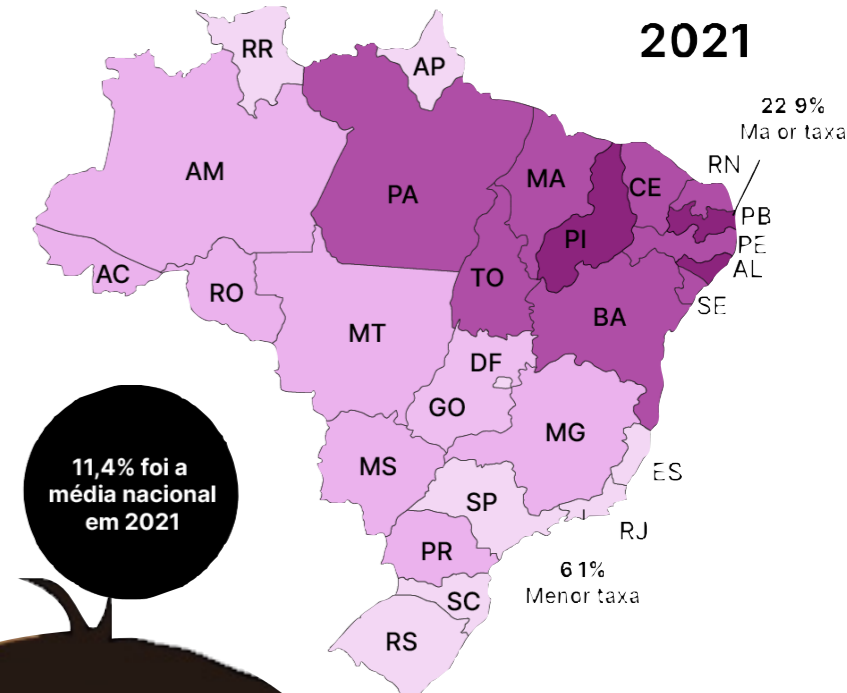
Para ajudar os jovens a se interessarem por este universo imaginário, o exemplo deve estar próximo. “Eu não tenho como impor para um adolescente que ele leia. É preciso ajudar no processo, e quem é responsável por isso é a família e a escola, principalmente”, elucidou Sarah Roza. “É preciso encantar o jovem, despertar nele o interesse pela leitura. Mesmo que seja sobre jogos de videogames. O que está escrito sobre videogames? Que livros trazem esses conhecimentos? Ou, se gosta de moda, leia sobre moda”, completou.

A educação em uma escola pública de Sobradinho também teve seu papel na construção da identidade leitora de Marina Prado: “Fomos à biblioteca toda semana pegar um livro. Isso fez com que eu gostasse muito de ler, que eu fosse

quem sou hoje”. Por dar aulas a jovens, ela busca formas de passar esse valor para eles. “Eu aprendi isso com um professor: ele sempre começava a contar a história de maneira muito empolgante, mas nunca terminava, e nós tínhamos que ler o livro para saber o final”, relembrou.

A educação para a leitura não é fácil, mas é possível e traz benefícios para toda a sociedade. “A gente vê as intolerâncias políticas que nós vivemos nesses últimos anos”, comentou Barbieri. “Que empatia tem nisso? Onde está a empatia? Não existe”. Um remédio para este cenário pode ser justamente nas estantes de uma biblioteca, como acrescentou Marina: “Eu vejo nos meus alunos o quanto a leitura traz empatia. Ela faz essa conexão até mesmo entre pessoas que não tinha nenhuma afinidade e que não conversavam, e de repente, por conta de um livro, se aproximaram”.

17,7% foi a média nacional em 2012



11,4% foi a média nacional em 2021

MAIS DE 25%	ENTRE 20 E 25%
ENTRE 15 E 20%	ENTRE 10 E 15%
ATÉ 10%	

Créditos: Vitória Almeida

# Luta, força e superação nos traços de Thifany

Em um país com apenas 0,02% da população transexual nas universidades, Thifany Branco se graduou em publicidade e encontrou sua missão na cultura

Reportagem | Cairo Tondato



Sentado à mesa de uma pastelaria da Asa Norte, vi uma mulher se aproximar. Com um sorriso no rosto, ela se apresentou para o senhor solitário na mesa à minha frente e mostrou-lhe a revista que trazia nos braços. Era vendedora da Traços, publicação de arte e cultura conhecida no Distrito Federal. OWW senhor, com o olhar fixo na tela do celular, pouco se interessou. A mulher agradeceu e se afastou. Nem a mais simpática das vendedoras convenceria aquele cliente decidido a ignorar.

Quis segui-la. Vi a mulher interagir com os funcionários de uma cafeteria e elogiar a playlist, que tocava Ludmilla. Em poucos passos, consegui abordá-la e pedir por um exemplar da revista. Com o mesmo sorriso com que chegara na pastelaria minutos antes, ela se apresentou para mim: “Prazer, Thifany Isabella Branco, porta-voz da cultura na Traços”.

Embora aparente intimidade com os comerciantes locais, que a recebem com carinho quando ela passa, Thifany é recém-chegada a Brasília. Nascida em Belém do Pará, ela conta ser fruto de uma adoção ilegal. Seus pais adotivos foram até o norte do país, onde a encontraram abandonada em uma maternidade, e a levaram para casa, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. O plano era garantir, em razão da distância, que os pais biológicos de Thifany não a encontrariam. E foi o que aconteceu.

A mãe adotiva de Thifany tivera, anos antes, uma gestação de risco. Em decorrência das complicações, a filha mais velha teve lesões cerebrais e nasceu com deficiência intelectual. Em seguida, a mãe perdeu a memória e passou anos em tra-

tamento, o que lhe tirou parte da experiência da maternidade. Depois de recuperada, quis ser mãe outra vez e decidiu: iria adotar um menino, era Thifany.

Ela conta que a família fez grandes planos para si, frustrados um a um. “Quando crescer, ele vai me dar uma nora, vai casar na igreja e me dar netos”, dizia a mãe. Em-



bora soubesse ser incapaz de corresponder às expectativas dos pais, Thifany nunca expôs quem era ou como se sentia. Optou por se camuflar e se esforçou para ser a melhor criança que poderia ser. Dedicada na escola, tirava boas notas e cuidava da mãe quando presenciava brigas em casa.

Ao mesmo tempo, o controle da feminilidade se tornou um desafio. Aos nove anos, Thifany encontrou uma revista pornô que pertencia ao pai de criação e que lhe trouxe sua primeira compreensão sobre sexo. “Quando eu crescer eu vou ter que fazer o que esse homem está fazendo com essa mulher?”, se perguntava, preocupada.

Logo ela entendeu que a mulher da revista representava, de fato, quem ela era. Todo o seu universo era composto pelo feminino. Brincava escondida com as bonecas da irmã e, na escola, trocava papel de cartas com as amigas. Entre suas inspirações, estavam Angélica, Rosana e Jane Duboc. Um dia, ao ser flagrada pela mãe com as unhas pintadas de vermelho, foi agredida.

Na adolescência, as tentativas de se esconder continuaram, assim como a luta contra a própria identidade. Aos 15 anos, quando o fardo de ser quem era pesou sobre seus ombros, Thifany tentou suicídio. Disse a si mesma: “Não tem espaço para eu viver nesse mundo.” Se dentro de casa não era aceita e na escola também não, decidiu que seria melhor morrer. Por sorte, ao perceber seu estado de saúde, a mãe a levou ao hospital, onde foi socorrida.

A partir desse evento, por atribuir sua recuperação à intercessão divina, Thifany se aproximou da igreja, onde se batizou e participou ativamente de missões. Mas a

prática religiosa foi um reforço para que ela renunciasse a si mesma em busca de uma pretensa salvação.

Tentava se convencer de que a feminilidade era uma fase e que devia aceitar os desígnios de Deus para que fosse um homem. Nessa época, chegou a fazer jejum em busca da “graça” de sentir atração por mulheres. Passou três dias sem se alimentar e, por conta da baixa imunidade, contraiu tuberculose. Até que, aos 18 anos, abandonou o fanatismo religioso e cedeu aos desejos do coração. Passou a se relacionar, pela internet, com um rapaz que viria a ser seu primeiro namorado.

Foi também navegando na internet que Thifany descobriu a prática da hormonização para pessoas transexuais. Aos 19, passou a aplicar hormônios por conta própria e observar as primeiras mudanças corporais, como o aumento dos seios. A decisão veio, em partes, por exigência de seu segundo namorado, que expôs o desejo de que ela fosse mais feminina. Em casa, recorria a camisas com o dobro do seu tamanho para disfarçar o volume que começava a surgir. Um dia, por um descuido, o pai percebeu a mudança.

A reação foi imediata: agrediu Thifany e quebrou suas maquiagens e frascos de hormônios. “Eu sei que você é viado desde criança, mas se quiser permanecer nessa casa, vai ter que andar com roupas de homem”, esbravejou. Oscilando entre o isolamento dentro de casa e o refúgio na casa de amigos, Thifany evitava a presença dos pais. Muitas vezes sem ter para onde ir, passava longos períodos nas ruas, situação que a colocou em contato, pela primeira vez, com a prostituição.

Quando completou 23 anos, um evento trágico revirou sua vida. Viu a mãe ser presa por encomendar a morte do pai. Subtenente da marinha, era pedófilo e tinha uma longa lista de abusos contra menores. Além disso, eram frequentes as situações de violência contra a esposa e as filhas. Cansada de ser coagida e ame-

açada, a mãe de Thifany decidiu se livrar de seu agressor, ainda que a decisão lhe custasse a própria liberdade.

Com a mãe presa e o pai morto, Thifany não teve condições de arcar com o aluguel da casa em que morava com a família. A irmã foi para uma clínica psiquiátrica paga pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e ela, novamente, para as ruas.

Passados cinco anos, a mãe adotiva de Thifany morreu na prisão. O luto foi para ela, ao mesmo tempo, sofrimento e libertação. “Eu só estava vivendo a figura masculina para agradar meus pais, para sentir a proteção, para ter aquele amparo familiar”, lembra. Com a mãe, se foram as últimas amarras que a impediam de ser quem era, o que a fez despertar para sua verdadeira identidade. Contou com o apoio de amigas para retomar o tratamento hormonal e conseguiu seu primeiro emprego de carteira assinada, como operadora de telemarketing.

Por conta de um relacionamento conturbado, que a fez se descontrolar financeiramente, Thifany perdeu o emprego e o imóvel em que morava, tendo que se abrigar em uma república para mulheres trans. Lá, recebeu o apoio de uma assistente social que, por meio de um projeto voltado a pessoas em situação de vulnerabilidade, a indicou para trabalhar no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde permaneceu por dois anos.

Nesse mesmo período, retomou os estudos e, com o auxílio de uma bolsa filantrópica para pessoas trans, ingressou no curso de Publicidade e Propaganda em uma faculdade privada do Rio de Janeiro. Ao final da graduação, abordou em seu trabalho de conclusão de curso a presença de pessoas LGBTQIA+ em peças publicitárias, obtendo nota máxima e muitas honrarias.

Apesar de ter, gradualmente, dado passos importantes para ser reconhecida pela sociedade como uma mulher, como as próteses de silicone e o nome social, Thifany afirma que o mercado de trabalho foi, para ela, tão hostil quanto costuma ser para to-

das as pessoas trans.

Em processos seletivos, era chamada por seu antigo nome, confusão que a constrangia perante os demais colegas. Já no Tribunal de Justiça, ouviu de uma auxiliar de serviços gerais que a presença dela em banheiros femininos intimidava as demais funcionárias do local. Em diferentes oportunidades, cogitou se submeter a uma destinação de gênero para ser aceita pelo mercado de trabalho.

Com o fim do contrato no Tribunal e o início da pandemia em 2020, Thifany voltou para um abrigo da prefeitura do Rio. Foi quando, andando pelas ruas da cidade, se deparou com o anúncio de uma vaga de emprego na Revista Traços. Juntou suas habilidades em marketing, publicidade e atendimento ao público e passou a integrar a equipe da revista. Como vendedora, em pouco tempo se tornou recorde de vendas. Depois de uma rápida passagem por São Paulo, decidiu partir para Brasília, onde a Traços já era consolidada e reconhecida como produto de grande valor cultural.

Ao chegar no quadradinho, recebeu, de graça, alguns exemplares da revista para que pudesse vender e pagar seu primeiro aluguel. Além disso, teve todo o suporte da equipe para procurar uma moradia e se estabelecer. Hoje, Thifany vê Brasília como um recomeço, e a Traços como uma ponte para alcançar metas ainda maiores em sua vida. Entre seus planos para o futuro, está a organização de um projeto que ofereça aulas gratuitas de inglês para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Mas Thifany ressalta que seu maior sonho é ser mãe. “Quero adotar uma menina e chamá-la de Isabela. Quero construir minha família com as verdades que eu acredito. Se minha filha for um homem trans ou for lésbica, não importa, eu quero amá-la independente do que ela ou ele for. Não vou fazer o que meus pais fizeram comigo quando disseram ‘nós adotamos a criança errada’. Eu vou adotar a criança certa, seja ela quem for”.



# Debutantes tardios: a “saída do armário” na maturidade

*Pessoas que já se assumiram revelam o medo do preconceito e a liberdade “fora do armário”.*

*Em Brasília, 7,7% da população LGBTQ+ têm mais de 60 anos*

Reportagem | Pedro Cards

**A**lém do preconceito e da violência, a população LGBTQ+ enfrenta desafios e medos, que não são experienciados por pessoas heterossexuais. A “saída do armário” acontece quando alguém revela publicamente a orientação sexual ou a identidade de gênero, seja para amigos, família ou círculo profissional. Essa decisão pode ser ainda mais desafiadora quando feita na vida adulta ou na terceira idade.

Quem se assume depois da juventude pode abrir mão de relações bem estabelecidas, empregos e, em casos mais sérios, até da família. Os obstáculos para se reconhecer LGBTQ+ partem, quase sempre, do medo de perder pessoas próximas, da solidão e do julgamento.

Em Brasília, 3,8% da população se identificava como LGBTQ+ em 2021, de acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). A média de idade entre esses quase 88 mil moradores da capital federal é de 35 anos. A população idosa que não se reconhece como heterossexual ou cisgênero totaliza 6,8 mil pessoas.

Entre os que se identificam como gays, 4% têm 60 anos ou mais. Essa porcentagem se repete entre os bissexuais. No grupo populacional lésbico a taxa de pessoas idosas é maior, elas são 8,3%. Entre transexuais, 14,5% estão nessa faixa etária. No Brasil, a expectativa de vida de pessoas trans é de 35 anos, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

### Abrindo a porta

Até os 19 anos, a sergipana Júlia\*, 52, participava frequentemente de atividades religiosas junto da família. Foi nessa idade que ela deixou a Igreja Pentecostal, principalmente pelos discursos intolerantes da comunidade. “Não me sinto feliz, me sinto oprimida aqui e vou tocar minha vida. A partir de hoje, não sou dessa religião”, disse aos pais.

Em casa, ela sempre teve a orientação sexual questionada pela mãe, já que, desde a adolescência, se relacionava com homens e mulheres. À época, foi repreendida pela família e chegou a escutar que teria sido melhor que ela fosse prostituta do que homossexual. “É uma verdadeira opressão e falta de paz ser gay em uma casa assim.”

O medo de perder o respeito e afeto dos pais era um dos obstáculos para a “saída do armário”. “Dói muito imaginar que você pode perder o afeto e a admiração deles”, contou. Por volta dos 30 anos, quando questionada pela mãe do porquê de não ter filhos, Júlia falou abertamente sobre

ser lésbica.

O professor Márcio Vianna, 66, também cresceu em um ambiente religioso e ainda participa de grupos católicos para fiéis LGBTQ+. Depois da adolescência, ele passou por um período de “autocura gay” e casou-se com uma mulher. O casal ficou junto por 12 anos e teve dois filhos, que também são homossexuais.

Mesmo antes do casamento, Márcio nunca escondeu da noiva o processo que vivia. Apesar do divórcio, ele e a ex-esposa cultivam uma relação de amizade e carinho. “Se eu tivesse saído do armário desde sempre, eu não teria os filhos maravilhosos que tenho”, refletiu.

Maria Antonia, 62, é a primeira tenente-coronel transexual do Brasil. Em 2022, ela alterou os documentos militares e passou a ser reconhecida pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) como uma mulher. Depois de mais de 30 anos de carreira, desde 2006, ela faz parte da reserva remunerada da corporação.

Ela deu início à transição aos 57 anos e defende que o processo seja sempre seguro e planejado. Para a militar, esse momento envolve questões pessoais e a relação da sociedade com a identidade e a existência das pessoas transexuais. “É todo um mergulho na sua própria essência e com aspectos psicológicos em que você se entende, se respeita e se ama em plenitude”, contou.

Para o jornalista Leandro\*, 28, o processo de se reconhecer como um homem gay aconteceu aos 20 anos, mas a aceitação só veio mais tarde. No trabalho, a abertura veio antes. Para a família, ele só falou da sexualidade aos 26 anos, quando entrou em um relacionamento.

“É um medo que eu não sei traduzir. Não é bem um medo de ser deixado ou abandonado, mas às vezes um sentimento que pode ter algum tipo de rejeição”, descreveu a apreensão em falar sobre a homossexualidade em casa. Os medos que ele tinha não se concretizaram, já que foi acolhido pelos pais.

### Fora do armário

Apesar de viver a 1,5 mil quilômetros da família, Leandro\* sente que falar sobre ser homossexual melhorou a convivência com os familiares.

“É libertador, um sentimento de alívio e segurança”, desabafou. O jornalista e o atual namorado estão juntos há três anos. Ele não acha necessário estar em um relacionamento para “sair do armário”.

A psicóloga e diretora do Instituto Pride, Daniella Martins, 24, relata que existem pessoas que conseguem fazer um processo de autoaceitação. “Entender o contexto que você está, identificar sua rede de

apoio, entender que esse processo pode envolver alguns lutos”, orientou.

A tenente-coronel Maria Antonia é contra o termo “saída do armário”. Ela acredita que essa expressão reforça ideias preconceituosas sobre as pessoas que passam pela redesignação de gênero, como o pensamento de que transexuais nasceram no corpo errado. Ela também reforça que a transição não é uma escolha e acredita que colocar prazos para o processo é um desrespeito.

Mas para quem pensa em deixar o armário, a principal dica da sergipana Júlia é a conquista da independência financeira. Para ela, às vezes, pessoas LGBTQ+ precisam “correr mais que todo mundo” para alcançar a liberdade. Foi assim que, aos 27 anos, ela se tornou professora universitária e passou a viver com total autonomia.

A psicóloga Daniella chama atenção para os cuidados quanto ao sentimento de culpa que a “saída do armário” gera. Ela relata que, nesses casos, uma necessidade de compensação pode ser criada. “Percebi que sou lésbica, agora vou ser a melhor no meu trabalho, vou ser a melhor filha”, exemplificou.

Júlia lembra que crenças preconceituosas sobre o futuro de pessoas LGBTQ+ rondavam os familiares. “A ideia que se tem é que você vai cair no caminho da ‘perdição’, se acabar, morrer, pegar HIV e morar na rua”, declarou. Ao observar o passado, ela teme que, se tivesse contado aos pais mais cedo, teria ouvido “mais absurdos”.

Na comemoração de quatro décadas de vida, Márcio deixou o armário. Ele acredita que a presença de amigos e colegas LGBTQ+ tornaram o processo mais fácil. Para alguns, “a vida começa aos 40”, destacou.

### Ajuda

Em 2013, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) reconheceram que a discriminação na sociedade e nos sistemas de saúde é um dos obstáculos para que a população LGBTQ+ acesse serviços de apoio psicológico.

Para quem deseja “sair do armário” e procura por ajuda psicológica ou psiquiátrica, é possível acessar o apoio psicossocial nas 175 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) espalhadas pelo Distrito Federal.

\*Nomes fictícios. A vida é “um constante sair do armário” e, mesmo que essas pessoas não vivam dentro dele, a omissão da identidade é uma forma de protegê-los contra o medo do preconceito.

“É uma verdadeira opressão e falta de paz ser gay em uma casa assim.”

